



DL-01

Ses. Esp. 31/08/11

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial com o objetivo de debater o projeto de lei nº 19.237/2011, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, danças ou coreografias, desvalorizam, incentivam a violência ou expõe as mulheres à situação de constrangimento, proposta pela nobre deputada Luiza Maia.

Para compor a Mesa, convido a nobre deputada proponente desta sessão, deputada Luiza Maia; a Srª Secretária Estadual de Política para Mulheres, Vera Lúcia Barbosa; a nobre deputada Maria del Carmem; a nobre deputada Neusa Cadore; a nobre deputada Ivana Bastos; a minha querida amiga, ex-deputada e prefeita do município de Lauro de Freitas, Moema Gramacho; a Srª Juíza da 1ª Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Drª Márcia Nunes, representando a presidente da AMAB, Drª Natir Dantas; a Srª Coordenadora Nacional do Observatório da Lei Maria da Penha, Cecília Sardenberg e o único homem, o cantor Edu Casanova.

(Palmas)

Antes de passar a presidência dos trabalhos à deputada Luiza Maia, quero informar que gostaríamos de votar esse projeto no dia 27 de setembro. Mas, para isso, é preciso que a deputada concorde e que o relator, deputado Paulo Azi, possa fazer seu relatório, porque é um projeto importante, polêmico e temos que ouvir os dois lados, quais sejam, os que defendem e os que são contra. A Casa é democrática e de forças do contraditório. Então, temos que ouvir os dois lados.

Eu, como presidente, não posso dar minha opinião, porque vou ser o magistrado da sessão. Só voto se empatar. Mas, antes, gostaria de parabenizar a deputada Luiza Maia pela proposta corajosa, criativa, importante, mas será decidida com votação aberta, no Plenário desta Casa. Agora, a proposta inicial, que só posso fazer se os pares concordarem, é a de votarmos no dia 27. Gosto de avisar com antecedência os projetos que são polêmicos e importantes para que ambos os lados possam fazer sua defesa. Tem deputado que é favorável



e tem deputado que é contra. O projeto aprovado aqui nesta Casa vai para a sansão do governador Jaques Wagner.

Para que possamos votar no dia 27, temos de passar diretamente para o Plenário, as comissões conjuntas. Pode votar aqui direto desde que V.Ex^{as} concordem. Agora, posso fazer uma convocação conjunta para já votar na comissão. Na Comissão de Constituição e Justiça, vota-se apenas a constitucionalidade do projeto; nas Comissões Temáticas, vota-se o mérito e, no Plenário, vota-se o mérito depois que for aprovado nas comissões. Portanto, a ideia inicial é votarmos o projeto no dia 27. Mas, para isso, repito, o deputado Paulo Azi, que é o relator...

(Várias pessoas se manifestam no Plenário ao mesmo tempo e fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- As mulheres queriam colocar uma relatora. Mas, aí, fica muito parcial, porque é um projeto que defende as mulheres. Por isso há de ser um homem imparcial. Se colocar uma mulher, primeiro, ela não vai poder fazer a defesa com antecedência, senão será considerada suspeita, porque ela tem de ser imparcial.

É um projeto muito importante. E quero registrar, com muita clareza, que o presidente recebeu *e-mails* de pessoas defendendo, como também de pessoas contra esse projeto. Então, a deputada Luiza Maia teve a criatividade. E o projeto, a princípio, se não houver nenhum empecilho, será votado no dia 27 de setembro.



1655(A)-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Luiza Maia

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Convido a deputada Maria del Carmen para assumir a presidência da Mesa enquanto a deputada Luiza Maia faz o seu pronunciamento. Posteriormente, a deputada Luiza Maia assumirá a presidência dos trabalhos.

Muito obrigado. (Palmas)

Concedo a palavra à proponente desta sessão, a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Bom-dia a todos e a todas. Quero fazer uma saudação muito especial à Mesa e agradecer ao presidente Marcelo Nilo por sua presença na abertura dos trabalhos, como, também, por sua fala colocando a sua energia para que nós aprofundemos a discussão.

Agradeço a presença de Lucinha, secretária estadual de Políticas para as Mulheres; a querida deputada Maria del Carmen, que assume a presidência; Neusa Cadore, que foi presidente da Comissão dos Direitos da Mulher antes de mim; Ivana Bastos, deputada guerreira; nossa querida prefeita Moema Gramacho, que nos honra muito com a sua presença e também é uma batalhadora dessa questão; a nossa querida juíza Márcia Nunes, da 1ª Vara de Violência Doméstica e representante da presidenta da AMAB, Dr^a Nartir Dantas; querida Cecília Sardenberg, pesquisadora e estudiosa do assunto, que tem nos ajudado, ela fez um ensaio excelente. Quero agradecer-lhe contribuição, que foi muito importante.

Estive, agora, em outros Estados e usei o seu ensaio como base para fazermos este debate. Saúdo o nosso querido e único homem da Mesa, Edu Casanova, conhecido de todos, que também está nos ajudando muito neste debate e nesta discussão. Edu, é uma honra tê-lo aqui conosco. Você dará uma força muito grande para quebrar, inclusive, a ideia de alguns machistas desta Casa.



Queria dizer a vocês que esta iniciativa nossa foi tomada no início do ano. Tenho seis meses como deputada. E, no dia 7 de junho, demos entrada, nesta Casa, neste projeto. Sabíamos que seria um projeto polêmico, mas não imaginávamos que a coisa tomaria essa dimensão.

Já estive fazendo um debate com a Frente de Mulheres Partidárias em Maceió, composta por sete partidos. Estive em Aracaju a pedido de uma deputada que está querendo analisar o projeto para verificar a possibilidade de dar entrada no Estado de Alagoas. Em Maceió, uma deputada do PMDB, Flávia Cavalcante, também, está dando entrada em um projeto baseado no nosso. Inclusive uma vereadora de Maceió, Teresa Neuma, achou muito interessante, é porque lá as mulheres sofrem. Em Maceió, prefeita Meoma Gramacho, a coisa é séria, tendo em vista que o prefeito é forrozeiro e cantor. Ele fez a música “Locadora de Mulheres”. Cliquem no *site* do *Google* e vejam o que é a letra dessa música. A mulher é igual a um carro tem de todo tipo: velho, acabado, bonito, novinho. É um absurdo.

Eu disse a eles, lá em Maceió, que até isso nós precisávamos enfrentar. Como uma autoridade de um município faz este tipo de música? Vejam que a situação das mulheres de Maceió, talvez, seja até pior do que a nossa.

Mas queria dizer a vocês que nós ouvimos a fala do nosso presidente e a polêmica existe, porque há pessoas contra e a favor do projeto. O que precisamos fazer neste momento? Aproveito para pedir o apoio da Mesa. Precisamos esclarecer à nossa sociedade o objetivo do projeto. Todo mundo que passa a entender o projeto, passa a apoiá-lo. Agora, há uma parte da grande mídia distorcendo qual é o nosso objetivo, dizendo que o projeto é para acabar com o pagode, que eu quero fazer cerco ao pagode, que o pagode é música de negro, é música de periferia, é música do gueto e coloca uma parcela da sociedade contra o projeto e contra mim. Já recebemos até algumas ameaças. Mas isso faz parte de qualquer luta e não nos incomoda.

O que eu queria pedir a vocês que aprofunde essa discussão. Ou a gente ganha a sociedade, o movimento de mulheres, todas as autoridades que lutam pelo respeito e pelo resgate da dignidade da mulher neste Estado, ou a gente não vai aprovar isso aqui. Estou,



inclusive, hoje, extremamente chateada, mas estou-me controlando, porque ontem houve um bombardeio em cima de mim, barra pesada... (Lágrimas) (Palmas).

O que eles estão fazendo? Eles estão colocando como se a coisa fosse um problema meu. Essa é uma tentativa de baixar a nossa autoestima, de fazer com que a gente se desestruture e diga: “Vou desistir”. Mas eu não desisto! (Lágrimas) (Palmas). Quero dizer a vocês que não vamos desistir.

Nós somos mulheres e temos o direito de viver numa sociedade que não incentive a violência contra a nós. Ontem, sofri um bombardeio aqui nesta Casa, porque foi a votação de um projeto importante, o projeto de privatização dos cartórios. E eu vi o que fizeram comigo. Disseram: “Ah, seu projeto não vai ser aprovado.” Fizeram até umas piadinhas dizendo: “Fizemos uma pesquisa aqui, Luiza, e você só tem seis votos. Vai ser igual ao projeto do voto aberto.”

Por isso eu acho que nós precisamos nos unir, porque unidas somos fortes. Comigo vocês podem contar, posso estar com raiva, posso estar emocionada, posso chorar, mas eu não desisto da luta, porque as mulheres baianas não merecem o que estão fazendo com elas! (Muitas palmas)

Então, eu queria dizer a vocês que precisamos nos apoiar em nossas estudiosas, em nossas pesquisadoras, que estão nos orientando. O meu discurso em Alagoas, Cecília, foi muito baseado no que você disse aqui. Cecília mostrou para nós, porque, nessa correria em que a gente vive, no dia a dia, a gente, às vezes, se perde em nosso estudo, em nosso aprofundamento das questões, porque o projeto é nada mais nada menos do que a regulamentação da nossa Constituição Estadual.

Está lá escrito em nossa Constituição. Ela vai falar, porque ela é doutora no assunto e vai mostrar para nós que o projeto veio para regulamentar um artigo da nossa Constituição que estava aí – como ela bem disse, para inglês ver, que ninguém dava importância – e nós tivemos a coragem de fazer.

Digo a vocês que, antes de entrar com este projeto, fui aconselhada por algumas pessoas dizendo: “Rapaz, não faça isso. Esse povo arrasta multidões. Essas mulheres vão focar contra você. Essa turma do pagode vai ficar contra você.”



Eu não estou contra a turma do pagode. Não sou contra a nenhum gênero musical, mas eu acho que a campanha da indústria da baixaria contra a mulher, que existe neste estado, precisa ser interrompida. Nós não podemos deixar crescer desta forma, porque não sei onde eles querem nos levar.

Além de nos rebaixar à condição de cadelas e animais, a nossa sexualidade é tratada de uma forma muito desrespeitosa, gente. Lá, na *TV Gazeta*, uma afiliada da *Globo*, em Alagoas, Moema, quando eu saí da televisão e adentrei à Assembleia – porque tivemos também uma sessão especial – o que tinha de emissoras de rádio e de televisão querendo entender e saber o porquê...

Por que as pessoas se tocam com isso? Meu sobrinho perguntou: “Mas por que, tia Luiza, este projeto teve essa repercussão toda?” Respondi-lhe que era um grito que estava contido na garganta das mulheres, e a gente não achava um caminho para dizer chega! Basta! Ninguém mais suporta uma coisa dessa, nós não somos cadelas!

Faço questão de ler algumas letras para vocês, para que possamos sair aqui mais indignadas e com mais disposição para lutar. Digo para esta galera que nós vamos ganhar esta batalha; digo para esta Casa, para os deputados que ainda não entenderam ou que por serem formados na cultura machista, levam na brincadeira e fazem todo tipo de piada, piadinhas de toda forma, que nós vamos vencer. Dizem-me assim: “Rapaz, vai precisar fazer isso. Vai precisar fazer aquilo. Vão deixar as gostosas sem dançar? Não é possível.”

Então essas músicas, além de incentivarem a violência contra a mulher, incentiva a pedofilia, incetiva o uso de drogas e incentiva uma violência estúpida. Postaram em meu *Facebook* um vídeo de uma menina dançando com um cara – ela entre as pernas dele – que estava pronto para dar um tapa na cara da menina e disse: “Olha, deputada, é assim que o pagode faz e é assim que tem que ser feito. A senhora venha para o nosso mundo.”

Quer dizer: todo tipo de provocação e de desrespeito.

Lerei aqui só uma letrinha, para vocês poderem sair daqui bem chocadas e com mais disposição para lutar, da música que considero como uma das piores, a da “Patinha”.

Enquanto procuro a letra da música da “Patinha” vou ler “Amassa a Latinha com a Bunda”.



(Lê) *“Amassa a Latinha Com a Bunda - Black Style*

Eu tô trazendo a novidade em salvador

O Robsão traz uma dança pro verão

pegue a latinha e amasse com o bumbum

então amasse a latinha com a bunda

senta, senta.

Pegue a latinha da schin ou da skol, bavaria, antártica ou skol.

Pegue a latinha ou o latão.

Agora senta, senta senta na pressão.

Então amassa a latinha com a bunda.

Senta, Senta.”

Isso é música, minha gente?

Vejam, agora, a música da “Patinha” , também do “Black Style”.

(Lê) *“Robissão já pegou,*

o Ramom pegou também,

o Jael engravidou tá esperando seu nenem,

Netinho pegou de quatro,

Vitinho fez frango assado,

Fabinho sem camisinha pegou uma coceirinha;

O nome dela é Marcela eu vou te dizer quem é ela,

Eu vou te dizer quem é ela(2x)

Ela, ela ela é uma cadela

Ela, ela mais ela é prima de Isabela(4x)

Me dá, me dá patinha

Me dá, me dá patinha

Me dá, me da patinha

Me dá sua cahorrinha(3x)”

Essa música representa a cultura baiana? (Palmas) É isso que temos de dizer que está correto? (Palmas)



Sou a presidente da Comissão das Mulheres. O nosso Regimento Interno diz que o papel dessa comissão é lutar pela dignidade da mulher, para que sejamos respeitadas, para que tragamos projetos e debates nesse sentido.

Então, o que estamos fazendo não é o resgate de censura, não é proibição de nada, não é querer vetar nem proibir qualquer tipo de gênero musical. O que estamos fazendo é resgatar o respeito, o direito da mulher viver numa sociedade em que seja valorizada, respeitada, e que acabemos com a violência. Afinal de contas, a Lei Maria da Penha está aí e sabemos do esforço e da luta das mulheres brasileiras para termos esse instrumento para enfrentarmos a violência. Não vamos deixar que essa coisa se legitime, banalize-se e se faça o que eles estão fazendo com todas nós.

Peço desculpas pela emoção; é porque estou com raiva. E quando isso acontece, eu choro. Mas quero pedir o apoio de vocês e dizer que colocaremos a boca no trombone na Bahia e em cada canto do Brasil. Venceremos essa batalha, porque esta Casa não pode, mais uma vez, passar recibo para esse absurdo, essa tentativa de rebaixamento das mulheres, como eles querem fazer através da música.

Um grande abraço e um beijo para todos. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



DL-02

Ses. Esp. 31/08/11

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Assistiremos a uma rápida apresentação da nossa querida e amada atriz Tânia Toco, que cantará e recitará uma poesia para nós.

(Procede-se à apresentação musical e à recitação de poema.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Valeu, Tânia. Obrigada.

Vou passar a palavra agora à querida prefeita Moema Gramacho. Enquanto ela se dirige à tribuna, queria fazer uma denúncia a respeito de um tal Albergaria, da *Rádio Metrópole*, que está demais. Ele agora deixou o projeto e passou a me atacar. Acho que devemos dar respostas. Precisamos mandar *e-mails* em repúdio, porque ele está tentando desconstruir esse projeto de uma forma que já está grosseiro. É uma coisa que ninguém suporta mais.



1656-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Moema Gramacho

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Com a palavra a prefeita Moema Gramacho.

A Sr^a **MOEMA GRAMACHO**:- Bom-dia a todos e a alguns. Queria, primeiro, cumprimentar a nossa deputada Luiza Maia, autora desse projeto, que agora preside esta sessão. Ao cumprimentá-la, cumprimento todas as nossas ex-colegas e sempre companheiras e amigas deputadas estaduais desta Casa. Na pessoa da nossa secretária de Política para as Mulheres, a companheira Lucinha; cumprimento todos os representantes do Poder Executivo do Estado da Bahia. E na pessoa da nossa Cecília, cumprimento todos e todas as militantes da causa feminista, pessoas que nos orgulham tanto com o trabalho que desenvolvem na elaboração e na formulação de políticas em prol das mulheres, nos ajudando no Executivo e no Legislativo. Enfim, cumprimento todos os presentes a este Plenário.

Início solidarizando-me com a companheira Luiza Maia. Você, Luiza, não tem de desistir coisa nenhuma. E devo dizer-lhe que me sinto representada por você nesta Assembleia Legislativa.

E gostaria de lembrar que apresentamos – Maria del Carmen também era da Comissão de Direitos da Mulher – indicação semelhante a esse projeto, Fizemos como indicação porque, naquela época, projetos de autoria parlamentar não eram votados nesta Casa. Repito, não apresentamos um projeto porque sabíamos que não iria a lugar nenhum.

Mas agora esta Casa tem outra cara, há a valorização dos projetos de origem parlamentar, por isso é possível que consigamos ver o seu projeto, Luiza, aprovado. Ora, se lutamos tanto para que projetos de deputados fossem aprovados aqui, quando temos uma proposição com essa conformidade, que trata de uma questão tão importante para as mulheres, não há justificativa para que não seja votada. Até porque não se pode mais dizer



que o governador não vai sancionar ou que o Executivo não valoriza os projetos de autoria parlamentar. Aquela era acabou. Se acabou, está na hora de votar projeto de autoria parlamentar e de mulher parlamentar.

Quero ver esse projeto ser votado; virei para cá no dia dessa votação!

Luiza, quero também me somar a você, porque, efetivamente, pode estar havendo uma confusão até proposital no entendimento da sua proposta. O seu projeto não é censura, não é limitação ou qualquer preconceito contra bandas que estejam iniciando ou bandas que tenham alguma dificuldade para se erguer, ou mesmo para aquelas que já estão no mercado e que querem continuar se firmando no mercado. Você não está sendo contra qualquer tipo de crescimento de artistas ou de bandas musicais.

Quero aqui neste momento falar isso, porque acho que nós temos que cada vez mais valorizar o artista, valorizar as bandas, porque faz parte da cultura brasileira, da cultura baiana, e nos nossos municípios não é diferente. Nós temos sempre que valorizar o artista, mas, temos que entender que ele, por estar muito visível na mídia, é exemplo, é seguido e imitado pelas pessoas, principalmente pelas crianças e jovens. E se nós valorizamos o artista, ele tem que valorizar a mulher (Palmas)... o artista tem que valorizar a população.

Então não se trata nesse processo de o poder público não contratar bandas ou artistas que tratem de forma pejorativa, negativa, de forma a baixar a autoestima das mulheres, ou mesmo de forma ofensiva, ou estimulando a violência, que nós vamos impedir que essas pessoas possam continuar crescendo, por quê? Vou dar um exemplo concreto. Se nós – e vamos fazer no município, viu, Luiza, creio que a Assembleia vai aprovar para o Estado, mas independente de a Assembleia aprovar para o Estado, já estamos com uma lei sendo adaptada para o nosso município. Lauro de Freitas vai receber o projeto semelhante ao da deputada Luiza Maia já na semana que vem (Palmas) -.

Apesar de termos uma câmara com 12 vereadores, todos homens, vou buscar convencê-los, conscientizá-los da importância da aprovação desse projeto, vou dizer por quê? Vai que no município a gente chame uma banda dessa e diga: *“olhe, você vai até ser contratado, mas você não vai cantar nenhuma música que cause esse tipo de problema.”*. Se a banda não quiser, significa o quê? Que ela só tinha músicas desse gênero. E se só tinha



músicas desse gênero, então ela pratica a baixaria. Porque não é possível que uma banda ou um artista, e Edu está aqui para dizer, só tenha no seu repertório, músicas que baixem a autoestima e que promovam a violência contra a mulher.

Acho que essa é uma questão que precisa ser colocada. E nós vamos fazer isso no município, porque não queremos estigmatizar, não é porque uma banda se um dia cantou, ela vai ser rotulada e não vai poder ser contratada, não é isso. Agora, na hora que ela for para o meu município, e deveria ser assim com todos, não vai poder cantar essas músicas. E, mais ainda, sempre foi exigido do poder público o exemplo. Ora, só vale o exemplo quando os políticos são criticados? Não vale o poder público colocar como exemplo também questões relacionadas à cultura popular?

Então, essa é uma reflexão que precisa ser feita. Quem quiser que contrate essas bandas - não deveria - mas quem quiser que contrate. Agora, o poder público tem que dar o exemplo, que nos é cobrado o tempo inteiro. E se é para dar exemplo, não podemos permitir que essas músicas continuem sendo cantadas e tocadas.

Nós vivemos num mundo de violência. E a violência contra a mulher ainda é uma questão que preocupa a todos e a todas. Cada dia cresce mais a violência doméstica; cada dia amplia a agressão às mulheres. Como é que vamos permitir que nós do poder público incentivemos que essa violência seja colocada dentro das nossas casas, nas nossas escolas, nos nossos municípios?

Portanto, acho que é um desafio grande para o poder público adotar essa postura. Quero deixar claro aqui que nós não podemos deixar que seja passada a imagem de que se está fazendo censura, porque nós, principalmente nós que estamos aqui hoje, sempre fomos contra a censura. Sempre lutamos pela liberdade de imprensa. Sempre lutamos pela liberdade de expressão e vamos continuar lutando por isso. Mas o fato de lutarmos pela liberdade de expressão, não significa dizer que sejamos favoráveis à baixaria, à falta de escrúpulos e à falta de respeito às pessoas, seja quem for, principalmente às mulheres.

Acho que existem tantas músicas bonitas, tanta criatividade... A nossa cultura é tão vasta e tão positiva! Temos vários ritmos, vários gêneros de música, é tão rica a diversidade cultural e diversidade musical do nosso Estado, e temos sido tão valorizados não só pelos



nossos munícipes, nos nossos municípios, e pelos baianos no Estado, como somos valorizados também no País inteiro e no exterior. Mas somos valorizados pelo que produzimos de positivo. Somos vistos lá fora, inclusive citam exemplos de músicas que ficaram na história. Portanto, não podemos desqualificar.

Acho que esse seu projeto, Luiza, é um educativo, é um projeto de qualificação da música popular baiana, e não tenho dúvida de que precisamos, cada vez mais, fazer com que ele seja divulgado, ampliado, para que não só a Bahia o adote, mas também os demais Estados. E, aí, em vez das músicas de baixaria que estimulam a violência, vamos fazer letras que incentivem o amor, a paz, o respeito pela pessoa humana.

Queria finalizar resgatando... Enquanto vemos um bocado de baixaria colocada no mercado, precisamos dizer que mulher não é produto comercial, a mulher não é produto para ser vendido comercialmente, não é lata para ser chutada, não é cadela nem qualquer outro animal, a mulher é efetivamente para ser respeitada, e há músicas que ao contrário disso que estamos vendo aí, valorizam a mulher.

Quero finalizar trazendo aqui uma música que é muito bonita e que fala sem nenhum demérito aos homens, muito pelo contrário, fala do super-homem, e diz assim: “Quem dera o super-homem venha nos restituir a glória, mudando como um Deus o curso da história por causa da mulher.” (Palmas)

A Srª PRESIDENTA (Luiza Maia):- Quando ela deixar de ser prefeita ela pode ser cantora.

(Não foi revisto pela oradora.)



1657-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Cecília Sardenberg

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Queria convidar a nossa querida deputada Fátima Nunes, a Sr^a Ana Carolina, representando a querida advogada Marilena Galvão, da Comissão de Defesa das Mulheres e a Sr^a Célia Sacramento para também fazerem parte da Mesa.

Durante a sessão, vamos registrando as presenças, todas muito importantes que vêm nos fortalecer nesse nosso embate por essa aprovação.

Dando continuidade a nossa sessão, vamos ouvir as pessoas da Mesa e depois abriremos a discussão para quem quiser do plenário, possa mostrar a sua indignação, registrar a sua opinião sobre o projeto e a presença através de sua entidade também.

Passo a palavra para a nossa professora Cecília Sardenberg, do Neim, coordenadora do Observatório Lei Maria da Penha.

A Sr^a CECÍLIA SARDENBERG:- Bom-dia a todas as pessoas aqui presentes. Quero saudar toda a Mesa em nome da deputada Luiza Maia, na verdade louvando a sua iniciativa por trazer esse projeto de lei para esta Casa. Também quero registrar a presença de uma pessoa muito importante na minha vida que, pela primeira vez, vai me ouvir, meu filho João Sardenberg, do TRT, mas está aqui hoje apoiando esse projeto.

Na quarta-feira passada, participei também de uma reunião da Comissão da Mulher e joguei algumas notas no papel. Depois, dei uma organizada nisso, fiz um ensaio e até o mandei para a deputada, e algumas listas estão na internet. Se vocês me permitem, vou ler alguns trechos desse ensaio para não perder muito tempo e dar mais espaço para outras pessoas falarem. Comecei a pensar nesse projeto da deputada Luiza Maia e da Comissão da Mulher, que, na verdade, o está apoiando e apresentando à Casa. Reportei-me aos anos 80, ao



Fórum de Mulheres de Salvador, que estava se organizando naquela época, e nos organizamos para passar as emendas populares à Constituinte Federal. Foi uma mobilização muito grande aqui na Bahia também. E, com a aprovação que houve de muitas das nossas propostas à Constituição Federal, tornamos-nos muito ousadas e resolvemos que íamos além na Constituição do Estado da Bahia.

De fato preparamos uma minuta, uma proposta dum capítulo da mulher para a Constituição Estadual que incluía questões superimportantes, como a de discutir, por exemplo, o combate à violência contra as mulheres e a criação de delegacias especializadas da mulher em todos os municípios baianos com mais de 50 mil habitantes. Isso está lá na lei, colocamos essa questão. E também a da proibição da exigência do atestado de esterilização das trabalhadoras, o que acontecia o tempo todo, pois as mulheres eram obrigadas a apresentá-lo. Sei que agora não acontece. Afinal, conseguimos colocar na lei que seria proibido.

Conseguimos também pôr uma outra coisa: a criação de comissões especiais para monitorar as pesquisas na área de reprodução humana. Sabíamos que era muito complicado a esterilização de muitas mulheres na Bahia. Então queríamos monitorar isso. E, lembrando do que está nesse projeto, pusemos ainda o impedimento da veiculação de mensagens que aviltassem a imagem das mulheres.

Éramos muito ousadas não só pelo conteúdo das nossas propostas, que iam além do que na Constituição Federal já tinha sido aprovado. Como só tínhamos uma pessoa neste Legislativo para defender a nossa proposta na Constituição Estadual, a deputada Amábília Almeida, que a abraçou no Fórum de Mulheres de Salvador e a trouxe para cá, ela foi superdiplomática conseguindo aprová-la aqui. Foi a nossa companheira de muitas batalhas e conseguiu vencer mais essa. E assim a Bahia acabou tendo uma das Constituições mais avançadas em termos de direitos das mulheres no Brasil e - posso até pensar - no mundo, porque nos Estados Unidos até hoje nem a igualdade dos direitos entre homens e mulheres está na Constituição. Ainda não conseguiram colocar lá. A nossa Constituição Federal é muito avançada, mas a da Bahia vai mais além.



Colocamos principalmente essa questão, aprovada no art. 282 da Constituição Federal e consolidada pela Constituição do Estado da Bahia. Está no Capítulo XIX, Dos Direitos Específicos da Mulher, que diz assim: *“O Estado garantirá, perante a sociedade, a imagem social da mulher como mãe, trabalhadora e cidadã em igualdade de condições com o homem, objetivando...”* - entre outras questões - *“ ... impedir a veiculação de mensagens que atentem contra a dignidade da mulher, reforçando a discriminação sexual ou racial.*

Acredito, e já consultei pessoas da área de Direito, que nesse artigo se exhibe plenamente a constitucionalidade do projeto de lei da deputada Luiza Maia. Aliás, ele vem para regulamentar esse item da Constituição que ainda não tinha sido regulamentado. Está lá como outros ainda estão, há vinte anos acumulando poeira, e está na hora de começar a regulamentar essas questões. Acho que esta Comissão da Mulher foi corajosa ao tentar fazer isso.

Só queria lembrar que, quando nós colocamos essa questão, pensávamos não só nas cantigas e músicas que veiculavam essa imagem aviltada da mulher. Lembrávamos também dos *outdoors*. Mas estávamos igualmente preocupadas com a questão pedagógica, e a prefeita Moema lembrou de qualificar os anúncios e os livros didáticos.

Muito preocupadas ficávamos também com a questão da violência simbólica de gênero, não só a física. E a violência simbólica de gênero está presente no quê? É aquela que atenta contra os seres humanos com base na nossa ordem social de gênero, que pensa como masculino e feminino devem se organizar. E sabemos que a nossa ordem de gênero no Brasil é patriarcal. Aliás, nesta Casa aqui vou até dizer mais que patriarcal: é machista mesmo! E não é de agora. Acho que temos um número maior de mulheres e talvez consigamos mudar alguma coisa.

A nossa preocupação com essa ordem é porque a violência de gênero tem várias formas. Então ela foi reconhecida com a Lei Maria da Penha, que alargou e não fica só na violência. Porque, quando pensamos em violência, vem logo a violência física, mas na verdade a lei aborda o problema das violências psicológica, moral, patrimonial e sexual. Nós temos que pensar também que essas violências, no âmbito da família e do espaço doméstico, são legitimadas por outros tipos de violência, qual seja, uma delas que é a violência



institucional que ouvimos o tempo todo, que acontece, está dentro do nosso sistema na nossa sociedade e a violência simbólica que legitima esses outros tipos de violências. Não percebemos que são piadinhas e são cantigas o tempo todo. Estamos sendo bombardeadas. Liga-se a televisão e é anúncio o tempo todo. São as músicas que estão aí.

Mas não vou dar aqui o exemplo de “me dá a patinha”. A deputada já leu para vocês a letra. Porém há outras que não só aviltam a mulher como incitam à violência. Vou citar algumas letras.

(Lê) *“Ela é DOG*

Estilo cachorra.

Ela fica de quatro.

Ela é dog, dog, dog,

Parede de costas

Ela é dog.”

Há outra que foi muito popular que é:

(Lê) *“Rala a checa no chão.*

Rala a checa no chão

a checa chão, a checa chão, mamãe.”

Sem esquecer a boquinha da garrafa onde se afirma que: *“No samba, ela gosta do rala-rala, me trocou pela garrafa, não aguentou e foi ralar, vai ralando na boquinha da garrafa, sobe e desce na boquinha da garrafa. É na boca da garrafa.”*

Há outras mais explícitas em relação à violência. Aquela em que *“a mulher é que nem lata, um chuta e outro cata.”*

Há outra que diz assim:

(Lê) *“Não era preciso chorar desse jeito*

Menina bonita, olhar encantador

Aquele tapinha que dei no seu rosto

Não foi por maldade, foi prova de amor

A nossa b riguinha foi de brincadeira.

No seja assim tolinha.



Eu sei que tapinha de amor não dói.”

Como a deputada Luiza Maia e Moema lembraram, foram mais de 30 anos para conseguir que a sociedade viabilizasse e criminalizasse a violência doméstica, a violência contra as mulheres. Foram 30 anos. Conseguimos passar a Lei Maria da Penha que tem alguns artigos que acho importantes que dizem assim:

(Lê) *“Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas as oportunidades e facilidades pra viver sem violência, preservar a sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.”*

O art. 3º da Lei Maria da Penha diz: *“Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade e principalmente à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.”*

Isso está em nossa Constituição Federal, está na nossa Constituição Estadual e está na Lei Maria da Penha, sem esquecer os nossos tratados internacionais que também reafirmam essas necessidades de respeito à dignidade da mulher.

Então, o projeto apresentado pela deputada Luiza Maia vem regulamentar a intervenção do Estado nesse tocante dispendo sobre – e aqui estou citando diretamente do projeto – a proibição do uso de recursos públicos para a contratação de artistas que, em suas músicas, danças ou coreografias, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situações de constrangimento.

Ressalto, mais uma vez, que não se trata aqui de cercear o direito de livre expressão artística de ninguém que já está devidamente consagrado na Constituição Federal esse direito. Não se trata de fazer censura; longe disso. Também sou de uma geração que combateu a censura. Mas é necessário que o Estado não seja conivente com mensagens que façam apologia de gêneros contra mulheres utilizando verbas públicas, o nosso dinheiro, o dinheiro do nosso povo para aviltar a nossa imagem.



Em outras palavras, quem assim procede é legitimar a violência de gênero contra as mulheres; é, pois, atentar contra a nossa Carta Magna, cabendo, pois, de nossa parte a impetração de ações cíveis junto ao Ministério Público. Independente da aprovação do projeto de lei, já podemos fazer isso. Já podemos entrar com ações cíveis no Ministério Público contra a contratação de artistas que aviltem a nossa imagem com o dinheiro público.

E, para outro fim, que o projeto de lei em questão tenha um papel pedagógico, que ele venha conscientizar mulheres e homens desta Bahia, e por que não do nosso do Brasil, pois está precisando em todo o Brasil, da necessidade de combate à violência contra as mulheres, que hoje é expressa de forma tão vulgar e grosseira no nosso cancioneiro popular.

Eu creio que foi isso que eu e minhas amigas pensávamos quando estávamos trabalhando na elaboração daquele capítulo, estamos todas felizes, conversei com algumas, porque finalmente a nossa luta de 20 anos atrás está sendo agora retomada e vamos levá-la adiante. Não vamos sossegar enquanto não passar este projeto.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)



1658-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Márcia Nunes

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTE (Luiza Maia):- Antes de ouvir a Dr^a. Márcia Nunes, juíza da 1^a Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, quero fazer o registro das seguintes presenças: Viviane Teixeira – presidente do Conselho Municipal das Mulheres de Camaçari; Luiza Câmera – presidente da Associação Baiana dos Deficientes Físicos e presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher; Margarida Galvão – vereadora de Camaçari; Catilene Vieira - coordenadora do Centro de Referência da Mulher de Camaçari, chamado por Centro de Referência Yolanda Pires; Marilda Marcela - delegada da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, em Brotas; a Rede de Mulheres em Ação, de Camaçari; o Museu Virtual da Música Baiana; o Conselho Municipal da Mulher; a Companhia Calandra de Teatro; a 1^a Vara de Segurança contra a Mulher; a Liderança Comunitária do Parque São Cristóvão; o Coletivo de Entidades Negras.

Quero convidar a deputada Cláudia Oliveira, que também é membro da Comissão dos Direitos da Mulher e está junto conosco nessa batalha.

Registro também a presença da vereadora Carmelita, de Ilhéus.

Vamos ouvir agora a Dr^a. Márcia Nunes.

A Sr^a MÁRCIA NUNES:- Na verdade, eu trouxe algo escrito para não me alongar, porque temos pouco tempo. E eu tinha iniciado com “Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas” e, para minha surpresa, como a deputada falou aqui, nós temos que lutar para conseguir fazer com que todos acreditem que isso é um crime que precisa ser combatido com toda a veemência, principalmente por todos os Poderes.

Vou iniciar a minha fala, vou passar por cima, eu ia pedir vênica ao presidente da Casa, o nosso presidente Marcelo Nilo, para saudar os representantes do povo do nosso lindo



e caloroso Estado, na pessoa da deputada Luiza Maia, parlamentar comprometida e de grande sensibilidade com a causa, pela iniciativa e coragem de apresentar tão importante projeto de lei, que vem dar visibilidade a uma questão que toda sociedade tenta negar, a título de uma modernidade e uma igualdade, que só se vê formalmente na nossa linda Constituição Federal cidadã, nos livros, nos filmes e nas *TVs*, que é a violência de gênero contra as mulheres.

Particularmente, aqui falou a companheira anterior, a violência de gênero é simbólica e se infiltra em toda a nossa cultura, legitimando outros tipos de violência.

Aqui estou representando a presidente da Associação dos Magistrados da Bahia, Dr^a Nartir Dantas Weber, que por motivo de força maior não pôde comparecer, frisando que a nossa presidente é a primeira mulher representante, eleita pelos pares, da Associação dos Magistrados da Bahia, Dr^a Nartir, e vem fazendo uma gestão digna, honrosa, o que nos enche de bastante orgulho.

Meus senhores e minhas senhoras, como já disse, espero que este movimento, que estamos começando, desencadeie uma onda de conscientização para uma questão tão grave. Demais debatedores da Mesa, quero saudar toda a plateia na pessoa da querida Luiza Câmara, pessoa querida que está conosco o tempo todo nesta luta.

(Lê) *“Quando fui convidada pela Dr^a Nartir para representá-la nesta sessão solene e soube o tema do debate, sente-me redimida como cidadã e como mulher, pois não é de hoje que me angustio com a questão dessas letras de músicas que tendem a objetivar a mulher, colocando-a numa situação secundária, diminuindo sutilmente a sua autoestima e consequentemente sua cidadania ativa, sequestrando, mesmo, a sua subjetividade, uma vez que a faz acreditar que agindo de forma diferente seria tachada como careta, fora de moda etc...”*. Então, se a moça, se a adolescente, a criança não age daquela maneira ela é excluída.

(Lê) (...) *“A necessidade de pertencer transforma os seres humanos em massa manipulada por uma sociedade machista, sexista, hedonística e patriarcal, apesar de estarmos no terceiro milênio insiste em agir prematuramente, ou seja: a aparência determina nossa condição de seres humanos, fazendo com que adolescentes e mesmo mulheres adultas, e por que não dizer também os homens, praticamente se matem para*



serem reconhecidos”, haja vista a bulimia, plástica, tudo, porque têm um estereótipo que a mídia nos dá de que nós temos que ser daquela maneira, prisioneiras daquele estereótipo.

(Lê) “Este fenômeno chama-se mimetismo, que quer dizer, imitar o outro para ser aceito. Uma das grandes mulheres que conheci, hoje ministra do STF”, a ministra Carmen Lúcia, em uma das memoráveis palestras que proferiu, disse uma frase que jamais esqueci: ‘Se você pensa que pensa, pensa mal, quem pensa por você é o comercial’. Eu achei isso fantástico, porque essa frase sintetiza exatamente essa nossa sociedade consumista e individualista que só incentiva a violência. Então, achei isso fantástico e onde posso dizer eu faço isso.

Adentrando a questão jurídica que caminha neste momento no mesmo sentido, (Lê) “porque não vejo nenhuma violação nem a nível constitucional, uma vez que o princípio fundador do Estado Democrático de Direito, ou seja a dignidade da pessoa humana, que vem elencado no artigo 1º, inciso III da Carta de 1988, , age como o sol irradiando todo o nosso ordenamento jurídico, que em seu redor deve circular.”

É o sol, é a dignidade da pessoa humana que deve nortear todo o ordenamento jurídico. O artigo 282, inciso I, da nossa Constituição, afirma que o Estado da Bahia garantirá, perante a sociedade, a imagem social da mulher corno mãe, trabalhadora e cidadã em igualdade de condições com o homem, objetivando, entre outras questões, impedir a veiculação de mensagens que atentem contra a dignidade da mulher, reforçando a discriminação sexual ou racial. Não há violação do princípio da livre expressão, pois não há nenhum mecanismo de censura da música. O Estado, em nenhum momento, impedirá que a música seja veiculada em meios privados”. Foi o que colocou a prefeita e a nossa companheira. A lei está trazendo a explicitação do dever de educação de seus cidadãos e, principalmente, de seus jovens, que está no artigo 227 da Constituição de 1988.

Enquanto o particular tem a opção de contratar quem quer que seja, ao Estado esta opção não há, posto que não pode contratar com profissionais que ferem deveres assumidos e protegidos por ele. O Estado não pode proibir que músicas desse tipo sejam publicadas ou tocadas, aí sim sob pena da violação do princípio da livre expressão.



Entretanto, o mesmo Estado não deverá fomentar tais músicas, pois atentam contra a dignidade da mulher, contratando-os para eventos públicos.

Esta Lei veio para regular o óbvio: que o Estado não deve contratar com pessoas que venham a denegrir ou contrariar valores que o próprio Estado deve proteger. Impedindo o Estado de contratar tais bandas, nada mais está fazendo que obedecendo ditames constitucionais(tanto federal quanto estadual) e cumprindo seu papel de protetor da dignidade, parceiro na educação da população.

As músicas, mesmo que inconscientemente são um retrato velado da discriminação e ignorância da população com relação as questões de gênero. Quando uma banda cria um enredo destes, pode ate não ter a intenção de passar uma mensagem de vulgarização das mulheres, mas subliminarmente esta mensagem é passada e atinge em cheio os jovens; homens e mulheres. Os homens passam a achar que a mulher deve ser tratada daquela forma e as mulheres acabam por acreditar que este tratamento é normal. Ou seja, a banalização da violência seja de que tipo for, transformada em normalidade. Estas músicas que se iniciaram há alguns anos como pequenas insinuações e brincadeiras, hoje ultrapassaram as raias do razoável chegando algumas delas a ofender diretamente as mulheres com nomes pejorativos e palavras de baixo calão.” Como já foi dito: cachorra, lata, um tapinha não dói. Pelo amor de Deus, não é possível que se aceite que um tapinha... ah, dói na alma do ser humano, qualquer ser humano, tanto homem quanto mulher.

(Lê) “É dever do Estado, repito, colaborar com a educação da população e traçar o aceitável do não aceitável. O princípio da livre expressão não é absoluto (como nenhum é, nem mesmo a vida)..., porque, em legítima defesa podemos matar. Nada é absoluto,... esbarrando, às vezes, como agora, na dignidade da pessoa humana. O princípio da livre expressão não pode agir como justificativa de atos atentatórios às minorias, pois estaríamos subvertendo um importante principio da Republica. Se ele está impedido por este principio de negar vazão a este tipo de música, está obrigado por outro principio (da dignidade) de não fomentar estas mesmas melodias. É dever dele, portanto, não contratar com profissionais cujas musicas façam apologia á discriminação ou humilhação feminina, somente assim estará assumindo seu papel de educador efetivo.



Uma comissão eventualmente criada para analisar as músicas dos possíveis contratantes não pode ser considerada censura dado que ninguém é obrigado a contratar com o Estado. Caso queira não ser atingido pela Lei basta ao autor das músicas não se oferecer para contratos públicos. Estará completamente a salvo. Entretanto, caso queira contrato com o poder público, deverá (assim como qualquer empresa que tenta contratos públicos), se amoldar a certas cláusulas públicas específicas de contratos públicos. Esta lei estabelece apenas mais uma destas cláusulas. Nada há de ilegal ou inconstitucional nesta lei.

Assim, a proposta encontra ressonância não apenas na Constituição federal e Estadual, mas principalmente na moral e respeito entre as pessoas (estamos falando das mulheres mas poderíamos aqui estar falando de crianças obesos deficientes, negros, homossexuais, entre outros tantos discriminados.)

O Estado deve garantir a livre expressão, mas quando há abuso de um direito, gerando prejuízos difusos, esse mesmo Estado deve ter aparelhagem para, pelo menos, inibir essa prática, sob pena de perdermos a noção de que vivemos em sociedade e não na selva.

Por derradeiro, a lei deve ser aprovada para que músicas (e não os músicos, que poderão ser contratados, mas devem abster-se de tocar as músicas consideradas humilhantes),...”

Como já foi colocado aqui, ninguém está falando de músicos, mas de músicas que tratam de temas pejorativos, humilhantes e vexatórios.

(Lê) “(...) explicitamente discriminatórias e vexatórias não recebam qualquer incentivo público, e incentivando, com a lei, músicas esclarecedoras, imaginativas e criativas.

Finalizando, eu gostaria de parabenizar, novamente, a deputada pela iniciativa da lei, bem como por esta oportunidade de debate e conscientização pública, porque todos os direitos deveriam ser exercidos em respeito à dignidade humana e aos direitos mais básicos do cidadão. Assim, possamos, todos nós, levantar a bandeira do humanismo, para uma vida sem violência. Atos atentatórios à dignidade humana não podem estar alicerçados na bandeira da livre expressão da arte ou opinião. Estejamos conscientes da formação que



almejamos e da sociedade que teremos no futuro dependendo das construções do que fazemos hoje.

Muito obrigada.” (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



1659-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Edu Casanova

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Muito obrigada, Dr^a Márcia. Peço-lhe que deixe esse seu discurso para incorporarmos a uma pasta que estamos montando para entregar à Comissão de Constituição e Justiça. Porque depois destas falas aqui, vimos que caíram por terra as teses da inconstitucionalidade e da censura.

Então, temos que sensibilizar, convencer nossos deputados de que toda a argumentação que eles levantaram já foi por terra. Devemos continuar fazendo esse debate, essa discussão, sensibilizando-os para que eles, realmente, entendam que a questão é uma outra questão.

Muito obrigada, e peço-lhe que deixe uma cópia da sua fala. Mande-a depois para nós, então.

Registro também as presenças de Antônio Carlos Mascarenhas, presidente da União dos Blocos de Percussão; de Soledade Caetano, secretária de Gênero, do PT de Camaçari; de Paulo Neiva, presidente da Associação dos Policiais Militares de Itabuna e região.

Quem mais quiser que registremos a presença dê o nome às meninas do cerimonial.

Agora, vamos ouvir um homem, Edu Casanova, dar seu recado.

Quero agradecer-te, Edu, pelo que tem feito em prol desse projeto com suas mensagens, suas falas por onde você tem andado. Ficamos muito felizes em ter um homem, um cantor, uma pessoa querida, como você, em nosso Estado nos ajudando nesta batalha.

O Sr. EDU CASANOVA:- Muito obrigado.

Em primeiro lugar, bom dia a todos.



Quero saudar as autoridades e todas as pessoas que estão aqui presentes.

Fiz uma relação... Não estou muito acostumado a falar em Plenário, mas vou tentar.

Nós ouvimos pessoas de vários setores da nossa sociedade, mas acredito que ainda não tenhamos ouvido alguém da área, alguém que trabalha com isso 24 horas, alguém que vive dentro dessa cultura, do movimento musical baiano. Alguém que conhece todos, que pesquisa, que sobrevive da música e que conhece todos os mecanismos de funcionamento desse veículo chamado música, especificamente a música baiana, aqui, hoje, tratada.

Meu nome é Eduardo César de Jesus Silva, nasci em Valença, Bahia, e aos oito anos de idade vim com toda minha família para Salvador. Migramos para ter uma melhor qualidade de vida. Minha mãe, meu pai, meus irmãos trabalharam em subempregos para que os menores tivessem oportunidade de estudar, de ter algum tipo de informação, e assim pudessem ajudá-los no futuro. Eu nasci artista. Desde que me entendo por gente, participava dos corais da minha escola. Quando falavam em peça de final de ano, eu era o primeiro, conquistava todos os meus professores fazendo versões de músicas para eles. Nunca vi outra oportunidade de rendimento na minha vida que não fosse através da arte, da música.

Chegando a Salvador, comecei a cantar e me tornei um compositor também. Minhas músicas são cantadas por artistas como Ivete Sangalo, Chiclete com Banana, É o Tchan!, Gal Costa, Xuxa. Durante todos esses meus 40 e poucos anos de idade, venho fazendo arte e estudando o sucesso popular.

Quero aproveitar e apresentar para vocês hoje um trabalho chamado *Cantando a Vida*, que eu fiz após perder uma pessoa muito querida em acidente de trânsito e também por ver tantos adolescentes sem nenhum tipo de conhecimento das leis de trânsito. Fiquei muito tocado com isso. São músicas educativas que ensinam a crianças, adolescentes e pessoas com mais idade as leis de trânsito. Como podemos ter uma vida melhor respeitando essas leis! Convidei alguns amigos, entre eles Fantasmão, Beth Carvalho, Dudu Nobre, Xandy, do Harmonia do Samba, Cláudia Leite, Saulo Fernandes, Buchecha, Ilê Ayê, Tatau, Tonho Matéria, Adelmo Casé, Olodum, Mariene de Castro, Jau, para cantarem isso. E eles participaram sem cobrar 1 centavo.



Por que estou falando isso? Pois bem, esse trabalho, que já foi gravado e não houve pagamento de cachês a nenhum artista, foi feito para ser doado a escolas públicas, universidades, bares, mas até hoje não tivemos nenhum tipo de recurso. Tenho um projeto para fazer um mega show a fim de chamar a atenção das pessoas com esses artistas falando sobre o trânsito, e até hoje não tivemos nenhum tipo de apoio para realizar esse evento. Está aqui o CD. Se alguém estiver interessado em ouvi-lo, está na internet também.

Ao saudar e me colocar ao lado da deputada Luiza Maia, quero dizer que essa sua campanha já é vitoriosa. (Palmas) Esse projeto nem precisa ser votado, porque ele já está cumprindo a sua principal meta, que é discutir esse assunto. Todas as pesquisas de internet a respeito desse projeto mostram uma aprovação esmagadora. Todas! (Palmas) Estamos discutindo cultura, educação e arte, os nossos presente e futuro, o que a gente está dando às pessoas. E em meio a isso a gente ouve falar: “Ah, porque os compositores... Não, gente, pelo amor de Deus! Eu estou aqui representando uma série de compositores maravilhosos como o Batatinha, o Riachão. São negros que vieram de situações muito delicadas, que não tiveram acesso à cultura, aos estudos mas deixaram um legado maravilhoso. (Palmas!) É isso que a gente discutindo agora. Eu estou representando essa turma e incomodado também com isto: como estão tratando a cultura baiana, a nossa música, as mulheres.

Queria só fazer uma perguntinha antes: quem gostaria de ver a sua filha - essa vai para os machistas, para os que estão contra - sendo chamada de periguete? Quem gostaria? Quando alguém falar alguma coisa, a senhora pergunta: “Você gostaria de ver a sua filha sendo chamada de periguete?” Periguete vem de perigo.

Então trago a minha presença, a minha solidariedade, a minha contribuição. Quero dizer que estou ao seu lado, que pode usar o meu nome, a minha imagem. Estou aqui para trazer a minha contribuição como artista baiano. (Palmas!) Tenho orgulho de fazer música para a minha terra, de cantar a minha terra, de contribuir da melhor forma. Temos a obrigação como artistas de devolver ao povo tão sofrido, que sente tanta falta de cultura, exatamente a cultura. E devolver também palavras bonitas, amor, não só se preocupar em ganhar dinheiro, gente! Pelo amor de Deus, não é isso! Não é o caminho mais fácil! Não é!

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Estão querendo que você cante aí, Edu.



O Sr. EDU CASANOVA:- Estou com a voz embargada aqui.

Às vezes, vejo as rádios deixarem de tocar coisas boas para dar vazão a isso. O que é que está por trás disso? Ainda tem esse agravante. O que é que está por trás dessas bandas? É tanta dificuldade, gente, para colocarmos uma música na rádio. É uma dificuldade terrível para você aparecer em qualquer programa de televisão. É uma dificuldade terrível você colocar *outdoor* na cidade. É uma dificuldade terrível você achar apoio a um projeto educacional. E essas bandas conseguem tudo com uma facilidade que não entendo.

Então tem alguma coisa por trás que financia essa indústria maléfica. Não falo do pagode, não falo do samba, porque são culturas maravilhosas. Acho que o pagodeiro de verdade, o sambista de verdade estão do nosso lado. (Palmas!) Falo dessa indústria baixa que não contribui, que deseduca.

Então é isso. Essa é a minha palavra. Estou aqui junto de ti e dizendo que você já é vencedora. Deixe o povo falar. Pode deixar dizer que é porque você quer isso. Pode deixar. Você já fez a sua parte, você já contribuiu, e nós vamos ver o resultado disso em breve. Nós artistas já estamos discutindo isso. A gente vê crianças, donas de casa falando: “Não, está certo. É isso mesmo. Portanto, já se criou essa discussão. Logo, você já é vitoriosa, tá?

E, para finalizar, gostaria de cantar uma música para atender aos pedidos. Vejo minha querida Tânia Toko, uma expressão do teatro que tem dado tanto orgulho à Bahia, sem baixarias. (Palmas!) Vi aqui também o meu querido compositor Chocolate da Bahia, que é um compositor maravilhoso e nunca se utilizou desses meios para fazer a sua arte.

Então, quero homenagear essas pessoas. Vou falar sobre a letra de uma música e depois eu vou cantar para vocês um pedacinho e quero que vocês cantem comigo.

Fala assim e quero dedicar a todas essas mulheres maravilhosas: tranquilidade na cabeça, quem é da paz tem sangue bom, é do cabelo à raiz, é da cabeça feliz. Fazer a paz, fazer o amor, fazer um som.

Muito obrigado, gente, bom-dia para todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1660-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Maria del Carmen

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza):- Muito obrigada, Edu. Vamos sair daqui mais fortalecidas.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero registrar a presença da deputada Alice Portugal que também disse que assina e apoia esse projeto, e publicamente já se expressou; a assessoria do vereador Paulinho do Som, de Camaçari; Marli, que é a presidente do Centro de Integração da Mulher de Camaçari; professora Margarida, minha comadre; Gabriela, Carmen, tem uma galera boa lá de Camaçari que está na luta pelo resgate ao respeito da mulher. Quero convidar o deputado Targino Machado para compor a Mesa, que já declarou apoio a esse projeto e que nos fortalece muito porque nós precisamos dos deputados juntos conosco nessa batalha.

Temos também uma tese de mestrado do estudioso jornalista Cléber Milton, ele estuda também essa produção cultural em nosso Estado, quero também pedir o endereço para vocês, pois é importante para nos fortalecer nessa batalha.

Vamos agora ouvir a deputada Maria del Carmen, depois ouviremos as nossas queridas outras deputadas.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Quero iniciar minhas palavras cumprimentando a presidente desta sessão especial, a deputada Luiza Maia, autora desse projeto que hoje aqui debatemos nesta Casa, em seu nome saudar também as deputadas companheiras que subscreveram o projeto, pela primeira vez na história desta Casa nós temos 11 deputadas dos diversos partidos, as deputadas Fátima Nunes, Cláudia Oliveira, Ivana Bastos, Neusa Cadore, mas estão faltando aqui algumas deputadas que também estão conosco nesse projeto, saudar



o deputado Targino Machado que nos honra com a sua presença, mostrando que os homens também estão do nosso lado e que juntos poderemos vencer a batalha.

O nosso presidente disse hoje que no dia 27 vai fazer com que esse projeto seja aprovado nesta Casa. Quero saudar aqui em nome da Sr^a Lúcia, Secretária de Políticas para as Mulheres e todas as demais componentes desta Mesa. Não podia deixar de dizer, depois de ouvir o Edu, saudar todos os músicos que fazem música de verdade neste Estado. Dizer a cada um de vocês, que bom que temos aqui mulheres, mas, temos também vários companheiros, vários homens mostrando o seu compromisso, a sua solidariedade, dizendo que essa luta não é apenas das mulheres, é uma luta de todos aqueles que trabalham a questão da dignidade humana. Todos aqueles que têm compromisso com essa luta, da garantia de direitos iguais para homens e mulheres que têm que estar associados a essa mesma luta.

A deputada Luiza Maia teve a coragem de apresentar nesta Casa, a Casa do contraditório como disse aqui o presidente Marcelo Nilo, que é a Casa do contraditório, dos pensamentos diversos, mas teve a coragem de apresentar um projeto, como disse aqui Edu, para mim também já é vitorioso.

No momento em que trouxemos a esta Casa o debate sobre esse tema, tivemos a coragem de enfrentar e ler aqui músicas, como as que foram lidas aqui pela deputada, e também pela nossa pesquisadora Cecília. Isso já ultrapassou os muros desta Casa, foi muito mais além, está nos *blogs*, nos debates, em diversos espaços, já alcançamos, com certeza, muito do nosso objetivo.

Fazer com que a Bahia faça o debate sobre como contratar com recursos públicos aquele que não tem compromisso com a dignidade da mulher. Portanto, este debate é vitorioso, seja qual for o resultado que obtivermos nesta Casa.

Claro que cada um de nós que tem compromisso com a questão da mulher, como disseram alguns que nos antecederam, todos os que são homens e mulheres, são filhos de uma mulher, alguns são pais de outras mulheres, e outros companheiros de outras mulheres, será que alguém quer ouvir uma pessoa de sua família ser chamada de cadela?



Acho que não tem nada que incomode mais, que bata no coração e no sentimento de cada um de nós, do que ouvir alguém de sua família, mãe, esposa, mulher, companheira, filha, ser chamada de cadela.

Isso não é música, não é arte, não posso compreender isso como música ou como arte. É verdade que alguns utilizam isso, Luiza Maia, dizendo que as músicas antigas de excelentes compositores, como muitos da Bahia, também têm nessas músicas mensagens machistas em alguns momentos, têm até mensagens agressivas à mulher. Mas cada vez isso vem piorando, cada vez mais essa deterioração da forma como estamos sendo tratadas chega às raízes do absurdo.

E não é possível utilizar recurso público para continuar fazendo isso, temos mesmo que nos indignar, já deveríamos ter feito essa indignação antes. Aquelas que nos antecederam, como foi a deputada Amábilia, que sendo a única deputada mulher naquele momento teve a coragem de enfrentar os 62 deputados desta Casa no momento da promulgação da Constituição do Estado, e garantir que aquilo estivesse na Constituição, assim como as diversas conquistas, porque as mulheres da Bahia estavam organizadas e mobilizadas, e conquistaram esse direito.

Por que não seremos capazes, tantos anos depois, deputado Targino Machado, com o avanço dos meios de comunicação, com o próprio avanço e conquista dos direitos de termos recurso público, utilizá-los para valorizar o papel da mulher na sociedade?

Portanto, acho que essa indignação que bate no coração e sentimento de cada um de nós, que temos compromisso e responsabilidade, nos ajudará a que conquistemos o direito de esta Casa, no dia 27, se for o caso, aprovar este projeto.

Não como uma conquista da deputada Luiza Maia, embora haja a valorização e a utilização do seu nome. Claro que está sendo divulgado, e é importante, porque ela teve a coragem de apresentar aqui. Mas todas nós, 11 deputadas que subscrevemos o projeto, somos coautoras deste projeto e temos a mesma responsabilidade.

As mulheres que estão nesta Casa, assim como os homens que também assinaram este projeto, porque não só as mulheres, não sei se o deputado Targino Machado também o subscreveu, o deputado João Bonfim, que é membro da nossa comissão, também subscreveu



o projeto, sinto até a falta dele aqui hoje neste Plenário, ele já se colocou também favorável à aprovação do projeto, e outros companheiros, como o deputado Marcelino Galo que também já declarou que vota em nosso projeto. Acredito que a bancada do Partido dos Trabalhadores toda, ou quase toda, votará em nosso projeto, da deputada Luiza Maia; nosso porque é de todas nós, não só das deputadas, mas de todas as mulheres da Bahia, com certeza (palmas).

Portanto, acho que a partir de hoje temos de criar uma corrente para levar aos e-mails dos deputados, para as caixas de mensagens, para os seus gabinetes, a mensagem de que as mulheres da Bahia querem e desejam que esse projeto seja aprovado.

Vamos ter a vitória, Luiza, coragem e força, vamos vencer (palmas).

(Não foi revisto pela oradora.)



1661-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Ivana Bastos

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sra. PRESIDENTE (Luiza Maia):- Obrigada, deputada.

Vamos ouvir agora a deputada Ivana Bastos, que também faz parte dessa comissão e que também tem sido uma lutadora na defesa da aprovação desse projeto e na defesa dessa nossa luta.

Quero registrar, enquanto Ivana chega à tribuna, que o fórum de mulheres está aqui representado por professora Josiane Climaco e também Ana Rios, presidente estadual do PMDB Mulher. É um prazer tê-las aqui, e obrigada pela presença.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Bom-dia a todas e todos. Cumprimento nossas companheiras deputadas Luiza Maia, Maria del Carmen, Cláudia Oliveira; cumprimento toda a Mesa, em nome da nossa Secretária Lucinha; cumprimento os homens, só temos dois na Mesa, o Casanova e o deputado Targino Machado.

Você, Luiza, é muito corajosa, você tem uma estrela que brilha muito e que vai em frente. Eu a conheci no início da nossa legislatura, quando tomávamos posse e começamos a nos reunir para formar as comissões da Casa. Você já gritava que faria parte da comissão da mulher.

Nós somos em 63 deputados, 11 mulheres. É o maior número de deputadas que a Assembleia Legislativa já teve. Ainda é pouco, mas estamos conseguindo, Ana Rios, chegar lá.

Temos 52 deputados, mas já conseguimos fazer a diferença, mostrar a nossa parte. Já conseguimos, nessa atual legislatura, criar a Secretaria da Mulher, está aqui a nossa Secretária. Já foi uma bandeira, com o apoio do governador Jaques Wagner que mandou esse



projeto; foi fundamental. Nós já conseguimos mostrar que a mulher existe e tem de fazer parte da política, e nós podemos contribuir muito.

Quando Luiza apresentou esse projeto, todas nós da frente da mulher, todas nós 11 mulheres assinamos e apoiamos. Vemos o que ela tem passado. Recebemos e-mails, recebemos cartinhas, muitos tentando denegrir, mas não abaixe a cabeça, não. Acho que o caminho é esse e temos de lutar.

Tudo é difícil, nada é fácil, mas chegaremos lá, é muito importante.

A mulher veio ao mundo para simbolizar o amor, é ela que gera o ser humano e precisa ser muito mais respeitada.

Quero dizer aqui que digo não ao desrespeito, digo não ao preconceito contra a mulher. Quando você disse, Edu, que ninguém quer escutar que sua filha é piriguete, acho que ninguém quer escutar que sua mãe é cadela e que sua mulher é vagabunda (palmas).

Quando nós escutamos, como dizem, “a poesia” é que vemos a gravidade. Quando você recitou e falou da latinha e da “tcheça”, isso nos dá um mal-estar; acho que todas as mulheres e todos os homens tiveram esse mal-estar porque, até então, era muito bonitinho uma criança, uma menininha de dois, três anos cantando e dançando “na boquinha da garrafa”, e muitos aplaudindo. A gravidade é tão grande que as pessoas ainda não se conscientizaram.

Acho que esse projeto já é vitorioso por estar conscientizando, por estar mostrando a gravidade dessas letras. Ontem fomos questionadas no plenário por alguns deputados que diziam o seguinte: “Mas isso é censura.”. Não é censura! Se você quiser escutar a música ou comprar o CD, você pode comprar o CD, você pode escutar na sua casa, você pode dançar, você pode abrir o fundo do seu carro e colocar a música. Mas com o dinheiro público, com o dinheiro nosso você contratar uma banda para falar que sua filha é piriguete, que sua mãe é vagabunda, que sua mulher é cadela, vamos dizer não! Podem ter certeza! (Palmas) Eu digo sim, Luiza, ao projeto antibaixaria! Conte comigo! (Palmas)

A Sr. PRESIDENTE (Luiza Maia):- Obrigada, deputada. Vou sair daqui mais fortalecida do que quando entrei.

(Não foi revisto pela oradora.)



1662-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Cláudia Oliveira

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr. PRESIDENTE (Luiza Maia):- Quero registrar, com muita satisfação, a presença do vereador de Salvador, Giovanni, infelizmente não temos mais lugar na Mesa, mas se sinta representado. Registro também a presença do deputado Aderbal Fulco Caldas, que também deve se sentir representado nesta Mesa.

Vamos ouvir, agora, a deputada Cláudia Oliveira.

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Bom-dia a todos aqui presentes. É uma satisfação muito grande tê-los aqui, é uma demonstração de que vocês nos apoiam neste momento. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da deputada Luiza Maia, presidente da Comissão de Mulheres desta Casa. Acredito que tudo que foi dito, aqui, é de fundamental importância. Deputada Luiza, V.Ex^a sabe do nosso compromisso, do nosso apoio a você que colocou este projeto nesta Casa.

Em pleno século XXI, não é possível ouvirmos letras que nos deixam tão entristecidas como é a questão dessas músicas. Não somos contra, aqui, ao segmento pagode. Temos várias bandas de pagode, como o Harmonia do Samba, que cantam alegria, colocam as pessoas pra cima e fazem as pessoas dançarem e se divertirem. O ritmo é bom? É. Mas quando ouvimos a música – como foi falado, aqui – vemos o quanto nos entristece e o quanto incentiva a violência. Se o Estado faz a parte dele em ser contra a violência, por que usar o dinheiro público para contratar bandas que falam da mulher dessa maneira?

Deputada Luiza Maia, V.Ex^a já é vitoriosa – como o Edu Casanova falou, aqui. Na minha vida particular tenho uma empresa de entretenimento, mas, com certeza, para viver eu não preciso ter o ônus de contratar bandas que toquem esse tipo de música. Deputada, sintase realizada. Nós estamos com vocês! As mulheres estão com vocês! Nós não queremos ser



chamadas de cadelas! (Palmas) Não queremos que as nossas crianças sejam induzidas a cantar essas músicas. Às vezes, as pessoas acham uma gracinha ver uma criança bonitinha, com um corpinho bonitinho dançando isso. Vamos dançar alegria com letras que coloquem a gente para cima! Já basta tanta violência que nós temos neste País e no mundo!

Então, vamos dizer não a esse segmento! Sabemos que o mercado fonográfico está aí, e que ganha com isso. Sabemos muito bem disso, mas temos também cantores que levam alegria e que tem um som bonito, um som bom. Então, vamos ser vitoriosas, ou melhor, já somos vitoriosas por tudo isso. (Palmas)

A Sr. PRESIDENTE (Luiza Maia):- Obrigada, deputada Cláudia.

(Não foi revisto pela oradora.)



1663-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Targino Machado

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr. PRESIDENTE (Luiza Maia):- Ouviremos, agora, o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, demais componentes da Mesa, meus senhores, minhas senhoras, Srs. das Galerias, Srs. da Imprensa, funcionários, chego, aqui, neste momento, deputada Luiza Maia, e quero de forma especial me dirigir a senhora para lhe dizer que a senhora sabe bem, sabe de conhecimento próprio, embora seja o seu 1º ano nesta Casa e o meu 13º, que eu não faço questão de agradar ninguém. Num primeiro momento, cheguei a esta Casa nesta 17ª Legislatura e trouxe de V.Exª excelentes referências, porque temos um amigo fraterno comum, mas não tive dificuldade em divergir de V.Exª, porque não vim para esta Assembleia para agradar ou desagradar, mas para ouvir, para fazer o exercício da minha consciência, dos meus ideais e de ser absolutamente rigoroso com o meu ideário. Saibam que sou um democrata de formação convicto, sou contra qualquer tipo de censura, mas se esta Casa estabelecer que isso é censura vou mudar de opinião e passo a ser a favor dela.

Eu me apaixonei de novo aos 49 anos, casei-me novamente, ganhei nova vida junto a uma mulher maravilhosa, que estava comigo até há pouco e, com ela, tive uma filhinha que mudou minha vida, e completou agora no dia 1º de julho 4 anos. Quero dizer à deputada Luiza Maia que V.Exª fez o que não tive coragem de fazer. (Palmas) .E olha que as pessoas acham que sobra-me ousadia, mas não me sobrou ousadia para fazer o que V.Exª fez.

Um dia me surpreendi meu tesouro, minha princesa em casa fazendo a coreografia de uma dessas músicas. Uma delas ela faz até com graça, mas eu não podia achar graça daquilo. Ela abaixava, botava uma mão no chão outra na bundinha, outra no guidom e outra



não sei onde e falando termos que, em outros tempos, não a censura, mas o impacto de relacionamento, de moral e de dignidade não permitiriam que essas músicas estivessem sendo veiculadas através dos nossos veículos de comunicação. Pior do que isso, patrocinadas pelo dinheiro público sem pedir permissão.

A maioria da opinião pública, que é contrária a esse tipo de exercício, não se pede permissão e sequer dizer agora que a censura é algo que tem que contrariar a vontade da maioria das pessoas. O dinheiro é também meu, porque é fruto do imposto que pago. Preciso ser ouvido, e foi essa oportunidade que V.Ex^a trouxe para Assembleia.

Quero dizer que tenho a impressão que a maioria esmagadora das pessoas que concederam meu mandato, e este é um poder de representação, não estou aqui para representar só a minha vontade, deputada Maria del Carmem, mas para representar a vontade do povo que me elegeu. E esta vontade é votar sim, a favor do seu projeto.

(Palmas)

Não existe meio ladrão, não existe meia gravidez, não pode existir meio político, meio deputado. Sou deputado em tempo integral. Posso até faltar uma sessão, mas não faltarei no dia 27. Este é o chamamento.

(Palmas)

Quero concluir para dar provas de que sou desprovido de preconceito, este meu pensamento a respeito desse projeto em tela não tem nenhuma dose, por menor que seja, de preconceito. Se preconceituoso eu fosse, deputada Maria del Carmem, não teria levantado minha voz um dia nesta Assembleia, na 15^a Legislatura, para produzir a maior pérola que pude produzir nesses quatro mandatos, que foi ter enfrentado o Plenário preconceituoso desta Assembleia, que teve a indignidade, a falta de vergonha, de compromisso de negar, por quatro vezes, o Título de Cidadão Baiano a Luiz Mott, sociólogo, que não é baiano de nascimento, mas escolheu a Bahia para morar, amar e defender.

Enquanto isso, nós concedemos, nesta Assembleia, deputada Maria del Carmen, tantos e tantos títulos de Cidadão Baiano a várias e várias personagens desconhecidas e sem qualquer serviço prestado à Bahia.



A maioria dos títulos, pasmem os senhores, fica aqui, sem que os homenageados venham buscá-los; a exemplo do músico Martinho da Vila. Quinze dias antes de negarem a Luiz Mott, haviam concedido o Título de Cidadão Baiano a ele.

Eu tive a coragem de vir a esta tribuna e defender a concessão. Mas Deus não quis que eu pudesse vir entregar o Título de Cidadão a Luiz Mott, porque adoeci nos idos de maio de 2006. Eu escolhi justamente uma mulher para me substituir, que foi a deputada Lídice da Matta, porque essa, eu sabia, tinha estatura pessoal e envergadura moral para prestar uma bela homenagem à altura do valor de Luiz Mott. Lídice quis me prestar uma homenagem e trouxe minha mulher para entregar a Luiz Mott aquela congratulação, aquela homenagem.

Encerro a minha fala dizendo o seguinte: após a recusa, eu liguei para Luiz Mott indignado, pois não o conhecia pessoalmente. Identifiquei-me e disse-lhe que queria encontrar-me com ele para uma conversa. Ele perguntou a hora e eu disse que poderia ser num *happy hour* em qualquer lugar que quisesse. Como ele morava na Barra, sugeri que fôssemos para o Oceania, um bar antigo, porque em minha juventude convivi muito por aquela região.

Ele foi. E levei a minha esposa comigo. Conversamos e perguntei se podia trazer a briga de volta para a Assembleia. Ele concordou, mas não acreditou que eu conseguisse, uma vez que esta Casa estaria cheia de gente que não teve coragem de sair do armário. Ele disse: “Essa turma toda que está negando é porque não teve coragem de sair do armário.”

Eu tive a coragem, deputada Luiza Maia, de dizer que aqui havia dois tipos de deputados. Se o projeto não passasse, eu iria nominar da tribuna as pessoas que tinham a mesma opção sexual, o que não é crime, de Luiz Mott. Com aquele discurso, eu virei o placar, e colocamos 42 votos a favor de Luiz Mott.

Portanto, engrosse, deputada Luiza Maia, traga ameaças para esta tribuna, senão eu vou perder o meu voto, e não gosto de perder nem jogando dominó em casa com meus filhos. Por favor, porque esta derrota não será minha nem sua, será do povo da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



1664-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Neusa Cadore

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Vou dizer, deputado: misógino é aquele que pratica misoginia, ou seja, aquele que tem aversão a mulher.

Vamos ouvir, agora, a deputada Neusa Cadore.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Bom-dia a todos e a todas.

Quero saudar a Mesa saudando a presidenta desta sessão e presidenta da Comissão de Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa. Quero agradecer pela presença a cada pessoa que chegou até aqui, como também pelas falas importantíssimas, pois é a contribuição para este momento de diálogo.

Digo a vocês que uma sessão especial é um momento muito particular desta Casa, porque é o momento em que homens e mulheres ocupam estas cadeiras, aqui é a Casa do debate, aqui é a Casa que deve acolher e deve refletir, oferecer espaços para que as ideias, as visões, os desejos das pessoas possam ser manifestados.

Eu queria trazer aqui a manifestação de uma poesia que acho que cabe bem neste momento. Ela é de um poeta Russo que viveu no século XX. Gosto muito e acho que ela cai bem agora. (lê): “Na primeira noite, eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. Não dizemos nada. Na segunda, já não se escondem. Pisam as flores, matam o nosso cão e não dizemos nada. Até que um dia o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz e, conhecendo o nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E já não podemos dizer nada.” (Palmas)

Nós, mulheres, temos a consciência, e os homens que são companheiros das mulheres e de uma nova sociedade sabem que, historicamente, fomos submetidas à situação de estarmos sob o preconceito e a discriminação. Isso, por muitas razões, pelo machismo,



pelo sistema patriarcal que pregou e deixou quase como uma regra para a sociedade que as mulheres têm que estar submetidas ao sexo masculino. Isso justificou a situação de violência, justificou várias situações de desigualdade, de injustiças que nos afetam muito no cotidiano.

Mas as mulheres estão ajudando a mudar o mundo com muita luta. Nós temos um cenário de transformação que está em curso, uma travessia que a sociedade vai fazendo com a participação determinada, consciente, de muitas mulheres. Aliás, nós estamos vivendo um momento em que, na maioria dos municípios brasileiros, está acontecendo a Conferência Municipal de Mulheres, que depois vai trazer as mulheres para a Conferência Estadual e para a Conferência Nacional. Temos uma mulher na presidência da República, e não é porque é Dilma Rousseff, uma mulher maravilhosa e que muito bem representa o avanço e a quebra de paradigmas que estão sendo protagonizadas pelas mulheres brasileiras, mulheres do campo, mulheres da floresta, mulheres urbanas e as mulheres do mundo.

Então, hoje, nós percebemos o nosso avanço quando sabemos que as mulheres se constituem em maioria nas universidades. Percebemos que as mulheres estão avançando nas conquistas de novos mercados de trabalho e que o Estado Brasileiro, no momento em que cria a Secretaria Nacional de Mulheres; no momento em que conseguimos, através da luta das mulheres e também de alguns homens, a aprovação da Lei Maria da Penha, nós percebemos que o Estado Brasileiro, pouco a pouco, vai-se tornando parceiro da nossa luta, tudo isso nos alegra e traz para todos, homens e mulheres, a certeza de que a nossa participação é importantíssima na sociedade, para que a gente faça as mudanças necessárias, sem delegar a ninguém os rumos do nosso destino.

Estamos numa casa que tem 63 cadeiras, 11 delas ocupadas por mulheres. Já foi o tempo em que a gente calava. Nada mais justo, companheira Luiza Maia, do que trazer para cá um projeto de lei que chame a sociedade a se dar conta de mais esse absurdo que vinha sendo mantido quase na invisibilidade, assim como foi mantida por muito tempo a violência doméstica e tantas outras injustiças que afetam as mulheres, os negros, os índios, as minorias da sociedade.

Então acho que esse é um momento especial nesta Casa, a presença de vocês aqui é muito importante. Quero agradecer, particularmente, a Edu Casanova. Sabemos que



precisamos de homens, porque são homens e mulheres que podem construir a nova sociedade. Esta relação é muito simbólica. Ao saudar o companheiro Edu Casanova e todos os que têm se manifestado a favor desta luta, devo dizer que, com certeza, esta luta já valeu e está valendo. Quem pôde de alguma maneira se envolver com essa questão não ouvirá mais uma música sem prestar bem mais atenção à letra. (Palmas)

Já é uma nova conquista. E as mudanças são sedimentadas, alicerçadas por nós, principalmente, quando começamos a dialogar com a consciência das pessoas, com aquilo que está estabelecido, com o oferecimento de espaços onde as pessoas possam se manifestar.

Quando chegamos à Assembleia, às Câmaras Municipais, não podemos somente lembrar que tivemos 20, 50, 100 mil votos; precisamos representar bem os nossos eleitores trazendo para cá temas como os que temos discutido na Comissão de Direitos da Mulher. E vamos dialogar com a sociedade, porque ninguém tem uma estrela na testa para acertar tudo sozinho.

Há uma música que fala – não é, deputada Fátima Nunes? – assim: “Sonho que a gente sonha só, pode ser uma ilusão. Sonho que a gente sonha junto, é sinal de solução”. (Palmas)

Vamos, sim, ter um resultado bem positivo. E o nosso desejo é ter uma sociedade em que homens, mulheres, crianças, velhos, negros, índios sintam que a vida é para contribuirmos e para sermos felizes.

Obrigada a todos e a todas. (Palmas)

(Não foi revisto pelo oradora.)



1665-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Fátima Nunes

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Obrigada, deputada Neusa.

Acabou de chegar a nossa querida Dr^a Marilena Galvão, da Comissão da Mulher da OAB, que já estava muito bem representada. Contamos também com as presenças de Érica, Deraldo Pitombo, professora Márcia e do vereador Giovanni, que pediram a palavra aí do Plenário. Vamos acelerando porque já está chegando a hora de entregarmos o Plenário, mas ouviremos todos, rapidinho. O deputado Targino pede desculpas, pois precisou retirar-se.

Concedo a palavra à deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Bom-dia a todos e a todas. Faço uma saudação às mulheres e autoridades da Mesa. Conosco também está o nosso artista e compositor Edu. O deputado precisou se ausentar. De antemão, quero agradecer às autoridades, saudando-as na pessoa da nossa presidenta, tendo em vista a sua valiosa contribuição para o aprofundamento desse tema tão importante. Agradeço também a todos os presentes, pois sei que numa manhã de terça-feira todos têm ocupações, mas vieram para contribuir com este debate.

Quero aproveitar para ler algo que escrevi num dos dias que fiquei fora do Brasil, mas acompanhando o nosso projeto. Li uma matéria de certo escritor – não vou revelar o nome dele – que, a princípio, parecia ser a nosso favor; mas quando o seu palavreado desenrolou-se, vi que era totalmente contra.

Naquela noite fiquei pensando: o que devo dizer para reforçar o meu apoio à nossa companheira deputada Luiza Maia, fortalecendo toda a nossa bancada feminina, que é signatária do projeto juntamente com os dois deputados homens que também assinaram.

E para dizer à sociedade... Pensei em escrever esse texto para que pudesse também sair na mesma página do jornal onde aquele outro texto estava escrito. Já tentei várias vezes.



Não consegui. Mas espero que um dia consiga. Aqui na Casa os dias têm sido tumultuados com muitas sessões durante o mês, de modo que a gente não pode ainda expressar este pensamento. Contudo queria que ficasse na memória deste dia de hoje, que acredito ser muito importante.

Tentarei ser breve para não ocupar muito tempo. Mas queria expressar através do pensamento que faz com que a gente esteja nisso. A gente sempre pergunta por que estamos nisso? Então é esta a minha mensagem. Ao ouvir o texto, eu pensei assim: música, felicidade, alegria, dignidade, a pessoa humana e o jeito de ser. Estamos aqui neste Planeta. E todos esses artifícios do tom, do balanço. do requebrado, no meu ponto de vista, têm de ser para contribuir para a nossa dignidade e a nossa felicidade. Então, escrevi assim:

“ ouvir uma música que soe bem aos meus ouvidos, que acalme as minhas angústias, a minha alma tão aflita por muitas inquietações, desejos e sonhos de felicidade.

Eu quero ouvir uma música que me ensine a conviver com o próximo, com as suas diferenças, mas com a solidariedade com aqueles e aquelas que precisem do meu olhar de carinho e do meu aperto de mão. E que demonstre que a minha relação de humano e de humana está dizendo “Levante, ande, você, meu irmão, você, minha irmã.”

Eu quero ouvir uma música que ajude a desenvolver nos meus sentimentos humanos a cultura da paz. Afinal de contas, música é arte, cultura, educação e saúde. A música ajuda na formação das nossas atitudes, na conduta e no nosso comportamento. Não importa se é o toque de zabumba, tambor, teclado, gaita, sanfona, bateria e tantos instrumentos. Eles podem ser os mais balanceados possíveis.

Mas o palavreado que acompanha o musical, esses palavreados que têm entrado em nossos lares hoje com a força que eles vêm na festa, não são mais aqueles que alegram a nossa alma. Muitas vezes, agitam exageradamente, descontrolam nossas emoções. Daí, muitas vezes em festas o que se percebe é pancadaria, principalmente quando estão ouvindo palavras que incitam a violência, a exemplo de “desce a madeira”, “traíra, traíra, você está na minha mira”. Tudo isso acontece com um tom tão forte que parece um combate, e não uma alegria.



Algumas já se tornaram tão cansativas que saíram das paradas de sucesso. Mas, de repente, alguns que gostam e curtem de uma hora para outra trazem novamente essas mesmas músicas à tona. E elas são tão fortes em seu palavreado que, ao invés de criarem no comportamento humano uma atitude prazerosa, se transformam numa atitude de guerra.

Eu queria chamar a atenção exatamente da força da palavra porque, quando nós queremos que aconteçam coisas boas, dizemos “Deus lhe abençoe”, “Deus lhe acompanhe” ou “que bom que você chegou”, “maravilhoso estar com você”.

É um contraditório daquilo que a gente quer de bom com aquilo que a gente passa a cantar. Pois bem, em meu entendimento e no de muitos que tenho estudado, a palavra foi feita para unir as pessoas, sensibilizar os corações e construir e conduzir as almas e as pessoas para uma atitude do bem. Pois bem, às vezes, não é isso que acontece. Quantas manhãs doloridas nossas famílias têm passado com filhos que capotam carro, que falecem, com namoradas que desaparecem, com jovens mulheres que chegam em casa esbofeteadas, e o que foi uma festa se transformou num suplício, numa amargura e num choro.

Então, por que não apelarmos para aqueles que promovem as festas, principalmente as que são pagas com dinheiro público, pensarem melhor nos seus componentes musicais? Seja no palavreado, no ritmo, seja na coreografia, para que, de fato, venha a ser motivo de alegria e de festa.

É preciso se pensar no repertório musical, que eu coloquei aqui como cardápio musical. Ninguém come um alimento que não deseja, que não seja saudável ao seu paladar e bom para o funcionamento do organismo. E por que o cardápio musical tem que ser tão mal escolhido, que o seu palavreado, o seu ritmo em vez de contribuir para a harmonia dos nossos neurônios, não nos permite uma completa felicidade e um agito tão louco no rumo mais sem planejamento da vida, descomprometido e desqualificado que incita a venda do corpo, que incita o uso da mulher de qualquer forma, deixando, muitas vezes, crianças mal geradas, malcriadas, nas mãos das avós, dos tios, dos enteados, porque foram feitas sem nenhuma responsabilidade, sem nenhum pensamento, apenas no embalo daquilo que estava sendo cantado e tocado naquela hora.



Pois bem, tenho tratado disso na Comissão das Mulheres, nas reuniões que tenho ido por aí afora, é por isso o meu apoio, a minha força, o meu entendimento de que os cantores, os compositores não entendam isso como uma repressão ou como uma censura, uma proibição, mas que eles sejam sensíveis, porque há palavreados bons.

Olhe o que cantou aqui o Edu. Olhe o contraditório entre o que o Edu cantou e uma música que escutei um dia desses: “Joguei uma bomba no cabaré, caiu pedaço de puta para todo lado e eu ajuntei para fazer uma mulher. Achei os cabelos de Margarida na calçada, as pernas de Joanhina no outro lugar, e tudo isso que eu ajuntei, os cabelo de Isabé, fiz uma rapariga, ela agora todo mundo quer.”

Pelo amor de Deus, gente, o que é isso? E não está só no pagode, não. Todo o dia a gente escuta: “Ela já foi minha, agora pode ser de quem quiser. Ela já foi toalha para o meu rosto; agora, é tapete para os meus pés.”

O que é isso? Isso o meu filho escuta. Depois o meu filho vai pagar na cadeia a Lei Maria da Penha porque ele achou que a namorada dele era tapete e chutou, e pisou. Eu que sou a mãe dele e que sou irmã da mãe da namorada dele, nós duas vamos chorar porque ele vai estar na cadeia. E a gente quer combater a violência, a gente não pode deixar o agressor fora do castigo.

Então a palavra é educação, tem força, e é expressão de comportamento. Por isso o dinheiro que se paga para um professor ensinar, é o mesmo dinheiro que se paga numa banda de duzentos mil, que vai à noite para a praça (Palmas) e que diz que amor, que mulher é que nem capim, que vem uma vaca e come tudo. Nós estamos falando aqui não é apenas do dinheiro, não. Estamos falando do dinheiro que seja usado no bom propósito de construir a cultura da paz, da cidadania, da solidariedade, da esperança e do entendimento entre os humanos, senão esta nação vai virar uma barbárie.

Muito obrigada pela presença e sucesso para todos nós.

(Palmas)

A Sr^a PRESIDENTE (Luiza Maia):- Valeu, deputada Fátima.

(Não foi revisto pela oradora.)



1666-I

Ses. Esp. 31/08/011

Or. Célia Sacramento

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Vamos ouvir agora a Sr^a Célia Sacramento, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Salvador.

Registro a presença do deputado Álvaro Gomes que, daqui a pouco, vai usar a tribuna e expressar sua opinião, inclusive, precisamos sensibilizá-lo.

A Sr^a CÉLIA SACRAMENTO:- Bom-dia a todas e todos. É uma satisfação muito grande fazer parte deste grupo. Começo falando, lembrando um grande líder americano que disse um dia ter um sonho, que é o Martin Luther King. Ele disse que tinha um sonho de ver um dia uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária. Ele mesmo é autor da seguinte frase: “Nós somos capazes até de não ligar muito para o grito dos insensíveis, dos cruéis, dos antiéticos, dos sem-moral, mas precisamos preocupar-nos bastante com o silêncio dos bons.” E são esses os bons que estamos agora clamando, exigindo, inclusive, um direito que é nosso de um observar para o projeto lançado nesta Casa pela deputada Luiza Maia, que já tem o acolher dos bons da sociedade soteropolitana. Sem dúvida nenhuma o projeto já é vitorioso. (Palmas)

Estou aqui nesta tribuna falando como contadora e advogada, profissão eminentemente machista; como presidente da Cooperativa Nacional de Professores para Curso de Extensão e Pós-graduação; como Superintendente do Conselho Regional de Contabilidade; como presidente do PV Mulher; como integrante da Rede de Mulheres para o Controle Social da Periferia de Salvador; como presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, mas, antes de tudo, estou falando aqui como mulher negra da periferia (Palmas), estou falando aqui como a mulher mãe de dois filhos, que viu, bem recentemente, no mês de janeiro, meu filho cantar – meu filho de 12 anos que estuda numa escola



particular, no Sartre COC –: “Mulher é como lata, um chuta e outro cata.” Eu parei e disse: Espera aí, eu trabalho o dia inteiro, sou professora da Universidade Federal da Bahia, professora da Universidade Estadual de Feira de Santana, dou curso no fim de semana de pós-graduação, para você ter uma condição escolar melhor da que eu tive, apesar de ser mestre em contabilidade pela USP e doutora pela Universidade em Santa Catarina, mas sei que não tive uma escola de qualidade, porque estudei sempre na rede pública, e, na minha época, não foi uma rede pública boa, levei quatro anos, quatro tentativas de vestibular para entrar na Universidade Federal da Bahia, então, estou me sacrificando para ouvir você cantar “mulher é como lata, um chuta e outro cata?” Essa mulher que você está falando é a sua mãe, esta aqui, ó, é a sua irmã, é isso mesmo?! “Ah, minha mãe, é a musicalidade, a gente não presta a atenção.” Não, então vamos rever, vamos prestar a atenção. Você tem aula de música, você tem um professor de música a sua disposição uma vez por semana, então, tudo está sendo em vão?! E os meus irmãos – porque sou de uma família de doze irmãos que, por acaso da vida, não fizeram faculdade, que moram nas periferias da cidade, no bairro de São Cristóvão, lá em Periperi, em vários bairros da cidade de Salvador minha família mora, se você, que está com essa educação de qualidade está nesse nível, imagine nossos sobrinhos, primos, como estão... Eu não sei onde é que estou que não tenho observado essa realidade de vocês – você tem 12 anos, sua irmã tem oito. Então, paremos e façamos uma reflexão.

Deputada, V.Ex^a já é vitoriosa, porque essa discussão já está em toda sociedade. Esta Casa só vai legitimar o que é de fato uma obrigação (Palmas), porque o recurso público tem origem da sociedade. A primeira etapa é a sociedade produzir, e o que é produzido pela sociedade se transforma em recurso para o Estado na condição de tributo, e esse tributo que a sociedade paga é que vai para os cofres públicos e precisa ser bem aplicado. E dizer que pegar, destinar um recurso público nosso para algo do mal, porque não vamos dizer que essas composições são do bem, é algo de boa utilização do recurso público, é não sabermos mais o que estamos fazendo.

Então, é o momento de responsabilidade desta Casa, de todos aqueles que sabem o quanto é importante a responsabilidade pública de todos aqueles que tiveram um dia uma



opção popular de ser político. É uma obrigação desta Casa aprovar esse projeto que está sendo pleiteado pela deputada Luiza Maia.

Então, para mim é uma satisfação estar aqui fazendo essa defesa, e neste instante eu clamo pela responsabilidade pública, porque é uma questão não de sensibilidade, é uma questão de responsabilidade pública. Chega!

A primeira vez que ouvi uma música na minha vida, agora para encerrar, e fiquei indignada, eu tinha 11 anos de idade, na década de 80, hoje tenho 44 anos, quando ouvi: “*Nega do cabelo duro, que não gosta de pentear, quando passa na Baixa do Tubo, o negão começa a gritar...*” Naquela época, ficava indignada quando ouvia essa música e ninguém entendia que eu estava fazendo a reflexão da letra e me recusava a dançar. E essa música foi o maior sucesso!

A sociedade brasileira banalizou tratar as louras, as negras, as morenas, não tem mais, é a mulher! É em defesa dessas que clamo de novo por Martin Luther King, dizendo: se nós conseguimos aprender a voar como pássaros, se nós somos capazes a aprender a nadar como peixes, por que não podemos aprender como pessoas iguais a nos respeitar, por que não?

É plagiando esse que já foi que eu encerro esta fala.

Muito obrigada e um bom-dia.(Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



1667-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Marilena Galvão

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Gente, estamos dando uma acelerada porque ainda temos alguns oradores. Chegou aqui o relator do nosso projeto, deputado Paulo Azi, se ele quiser usar a palavra. Sente-se aqui, deputado. O deputado Álvaro Gomes, daqui a pouquinho, vai usar a palavra. Mas temos ainda a nossa Marilena Galvão, que é a presidente da Comissão de Defesa das Mulheres da OAB, que também quer fazer uso da palavra, já pediu, e depois vamos ouvir a secretária de Políticas para a Mulher, Lucinha, vai encerrar. Mas temos ainda algumas pessoas do Plenário que pediram para dar o depoimento aqui. Tem o vereador Geovani, a Prof^a Márcia, Deraldo, a Érica.

Então, já estamos concluindo, e estamos pedindo uma celeridade na fala.

Com a palavra Marilena.

A Sr^a MARILENA GALVÃO:- Vou falar rapidinho, inclusive começo pedindo desculpas às companheiras deputadas pelo atraso, porque estava, exatamente, exercendo a minha profissão, advocacia. Mas na hora em que consegui terminar o que estava fazendo, não pude em hipótese alguma deixar de comparecer, por entender a importância do que aqui está sendo discutido.

A Dr^a Ana Carolina, que faz parte da nossa comissão, veio na frente, porque nós queremos que todos saibam, com certeza absoluta, que a OAB entende a importância dessa luta, desse projeto. A OAB esteve presente, ao longo da história, em muitas lutas importantes, essa, com certeza, é uma luta muito importante, e a OAB não poderia estar ausente nessa luta aqui na Assembleia Legislativa.

Quero lembrar aos senhores e senhoras presentes aqui e a alguém mais que nos ouça na mídia, que mulher pode e deve exercer vários papéis ao mesmo tempo. Saí hoje, pela



manhã, levei minha filha à escola, fui exercer a minha profissão, mas vim aqui exercer a minha cidadania. Então, a mulher tem que começar a se acostumar a exercer a sua cidadania. Então, a mulher tem que começar a se acostumar a exercer sua cidadania em todos os âmbitos, falando da sociedade brasileira.

Temos hoje um grande estímulo que é a nossa presidenta Dilma, que nos dá o exemplo de como a mulher pode galgar todos os postos deste País. Precisamos que as mulheres entendam, por serem maioria neste País, que precisam reunir-se em situações como esta de hoje, dando apoio a projetos importantes como esse e em muitas outras lutas brasileiras que são importantes. Que sejam fiscais, no dia a dia, do cumprimento das leis, como a Lei Maria da Penha, que, na prática, infelizmente, está bastante aquém da necessidade da população brasileira.

Então, de uma forma geral, se a mulher exercer a sua cidadania no Brasil, com certeza absoluta conseguiremos grandes avanços, mas para isso precisamos de muita luta e muita união das mulheres no Brasil.

Boa sorte, deputada, com certeza viremos aqui para comemorar a vitória. (Palmas)
(Não foi revisto pelo oradora.)



1668-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Vereador Geovanni

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Srª PRESIDENTA (Luiza Maia):- Vamos ouvir agora Geovanni, do PT, vereador da Cidade do Salvador.

O Sr. VEREADOR GEOVANNI:- Boa-tarde a todos.

Quero saudar a Mesa na pessoa da minha querida deputada Luiza Maia e da deputada Maria del Carmen, da qual fomos colegas na Câmara, com muita honra.

Quero, nesta tarde, por ser polêmico esse tema, dizer que não é todo mundo que tem a coragem de V.Exª. É um projeto que precisa ter coragem para defender, é um projeto polêmico, que chega à Casa num momento ideal da democracia, demonstrando cada vez mais que o nosso Estado é propício a isso. O governador do Estado, os políticos que compõem esta Casa Legislativa, a sociedade civil organizada, a Ordem dos Advogados vêm aqui e trazem também a sua posição: a defesa dos direitos das mulheres.

Quero dizer que estamos atentos também na Câmara de Vereadores. E eu, especialmente, deputada Luiza Maia, por ser uma pessoa admiradora do seu mandato, pela luta de sua assessoria nesta Casa Legislativa, trago todo o apoio que pudermos dar a um projeto que tem uma significância muito grande no combate à desigualdade social.

Às vezes, vamos aos locais mais simples da nossa Cidade do Salvador, e eu, que sou vereador em segundo mandato pelo PT, que conheço os bairros proletários, meu público alvo, até porque me familiarizo com aquela situação, vejo que, infelizmente, determinadas músicas fazem muito mal a determinadas comunidades. Quando colocam esses termos pejorativos e vemos as criancinhas dançar aquilo, ficamos abismados com o poder que a mídia tem, mas é um poder prejudicial.



E esse projeto de V.Ex^a visa acabar com isso, visa permitir que o Estado destine recursos a favor da moralidade pública e em desfavor dessas bandas que tocam baixarias, que têm que ser, verdadeiramente, rechaçadas.

Boa sorte, deputada, e a todos vocês.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



1669-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Vera Lúcia Barbosa

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Com a palavra a nossa querida Lucinha, secretária estadual de Política para Mulheres da Bahia.

A Sr^a VERA LÚCIA BARBOSA:- Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar de forma especial a Mesa. Sintam-se todos saudados na pessoa da deputada Luiza Maia, corajosa companheira que merece tudo o que foi dito dela aqui.

(Lê) “Considero esse projeto fundamental, pois coloca no centro do debate o papel da cultura e dos meios de comunicação em nossa sociedade. Outro grande mérito desse projeto é o de proporcionar ao público a possibilidade de repensar esta cultura patriarcal, do machismo e do sexismo, que estão presentes, muitas vezes de forma sutil, em diversas manifestações culturais e midiáticas, alimentando a desigualdade entre homens e mulheres.

Apesar dos grandes avanços conquistados nas últimas décadas, ainda há uma forte cultura machista, que continua determinando o espaço privado do lar como espaços femininos, e os espaços públicos, de emissão de discurso e tomada de decisão, como espaços masculinos.

A mesma cultura machista e patriarcal que nos faz presentear as nossas meninas com panelinhas, vassouras, e bonecas. E os nossos meninos com aviões, trens, e até revólveres.

Isso fica fazendo parte da nossa cultura.

Devemos ressaltar que esse debate nada tem a ver com censura ou perseguição à liberdade de expressão, como afirmam alguns, na tentativa de esconder o verdadeiro debate.

Defendemos que não é compatível para o Estado, esse mesmo que enfrenta a violência contra as mulheres, ser o mesmo que financia músicas que ofendam publicamente



as nossas mulheres, que as chamam de cachorras, vagabundas, e que digam que “um tapinha não dói”.

Nosso papel, enquanto Estado, é financiar outro discurso: aquele discurso que diz que um tapinha dói, sim, que o homem que violenta uma mulher é um agressor e por isso dever ser punido. Devemos financiar discursos que incentivem mulheres, que estão sendo ameaçadas ou agredidas a denunciar e a buscar atendimento nos serviços de proteção à mulher.

Esse é nosso papel enquanto Estado: defender nossas mulheres e isso significa não financiar qualquer tipo de manifestação cultural que reforce o machismo, que desvalorize ou incentive a violência contra a mulher.

Precisamos articular o debate do Projeto Antibaixaria com a campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais. Iniciativa importante, pois vem discutindo o papel dos programas televisivos, que de forma sistemática desrespeitam os direitos humanos e a dignidade do cidadão.

Precisamos mobilizar a sociedade para uma reflexão sobre o papel dos meios de comunicação. Um papel que deve ser de responsabilidade social e defesa de direitos, e não uma ferramenta de opressão, que reforça estereótipos e difunde preconceitos.”

Para finalizar, quero dizer que tenho a certeza de que no dia 27, aqui nesta Casa, será aprovado este projeto. Mas repito o que todos já disseram: a nossa aprovação já está nas ruas, já está no seio da sociedade.

Parabéns, deputada, conte com a nossa Secretaria, conte com todas as mulheres que estão a serviço do Estado e da sociedade brasileira.

Muito obrigada (Palmas).

(Não foi revisto pela oradora.)



1670-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Paulo Azi

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTE (Luiza Maia):- Obrigada, Lucinha, eu quero pedir a sua autorização para colocarmos a sua fala na pasta que estamos preparando para as nossas comissões.

Vamos ouvir agora o relator do nosso projeto, deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Boa-tarde a todas e a todos, quero saudar a Mesa na pessoa da deputada Luiza Maia, pedir desculpas pela minha ausência desde o início desta sessão, é porque estamos hoje em reunião permanente discutindo o projeto que traz alterações ao Planserv. Estamos reunidos com o Líder do governo e representantes dos sindicatos, tentando buscar um denominador comum, e isso impediu que eu estivesse aqui participando desta sessão desde o início. Mas eu pedi à minha assessoria que fizesse o acompanhamento e gravasse todos os pronunciamentos para que nós pudéssemos ter conhecimento das falas.

Eu tenho dito que o projeto de iniciativa da deputada Luíza Maia tem um mérito de abrir a discussão para um tema muito polêmico, muito delicado, mas que efetivamente não pode ficar à margem das discussões da sociedade. Que há excesso, que muitos artistas, muitos cantores se excedem na abordagem da mulher – aliás, não só da mulher, mas de diversas minorias: os negros, os homossexuais e outras minorias da nossa sociedade –, todos nós sabemos, todos nós acompanhamos. E foi dito que a deputada Luiza Maia foi de uma coragem muito grande ao encaminhar um projeto como este a esta Casa, e eu assino embaixo. Todo projeto que mexe com moral, que mexe com costumes, pela sua própria natureza, é muito delicado, envolve conceitos de muita subjetividade, envolve opiniões que muitas vezes se exacerbam, e por isso mesmo as pessoas precisam ter o equilíbrio necessário para conduzir uma questão como essa.



Eu, desde o primeiro momento que fui indicado para ser relator, disse à deputada Luiza Maia que não tenho dúvida, como repito, dos excessos que determinadas músicas trazem de preconceitos relacionados às mulheres e a outras minorias. E disse a ela que não tinha nenhum juízo formado com relação à constitucionalidade ou não dessa matéria. Disse a ela, e repito aqui, que o meu encaminhamento vai ser de ouvir os diversos envolvidos, as diversas entidades que representam as diversas categorias, não só das mulheres, não só de diversas outras minorias, não só das entidades não governamentais, e aí a OAB exerce um papel importante na formação do nosso juízo de valor, mas vamos ouvir a todos para que possamos, durante esse encaminhamento, formar aquele juízo, não da justiça do projeto, porque eu acho que ninguém pode se colocar contra a necessidade que se tem de coibir determinados abusos, determinados excessos. A questão que se coloca é saber se a melhor maneira de se coibir, se a melhor maneira de se conter os excessos é através de uma legislação estadual, e se essa legislação não afronta nenhum outro dispositivo legal da nossa Constituição.

Mas quero dizer, deputada Luiza Maia, que V.Ex^a já é uma vitoriosa pela sua coragem e por trazer ao debate um assunto tão importante, tão delicado e que mexe tanto com as nossas vidas, principalmente das mulheres, e da cultura do nosso Estado e de toda essa região Nordeste. Tenha certeza de que haveremos de tratar esse tema com a maior das isenções, com a maior das imparcialidades e buscando sempre, olhando sempre o lado da legislação, mas também da justiça, e nós estamos aqui, efetivamente, para fazer justiça dentro daquilo que nós formamos o nosso juízo de valor.

Portanto, parabenizo V.Ex^a, mais uma vez, parabenizo pela realização dessa sessão, e nós haveremos de, conjuntamente, promovermos outras reuniões, outros encontros nesta Assembleia para que esse projeto possa, cada dia mais, ser debatido. E que possa fazer com que, ao final, nós tenhamos condição de formar um juízo de valor e recomendar a discussão, a votação dessa importante matéria nesta Casa.

Parabéns a V.Ex^a.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1671-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Deraldo Pitombo

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Srª PRESIDENTE (Luiza Maia):- Muito obrigada, deputado Paulo Azi.

Vamos ouvir agora Deraldo Pitombo, depois Mércia, Álvaro Gomes e Érica.

O Sr. DERALDO PITOMBO:- Saúdo a deputada Luiza Maia em nome de toda a mesa. Meu nome é Deraldo Pitombo, atuo na iniciativa privada e estou confortável aqui até para responder ao relator do processo que abriu, demonstrou interesse em ouvir todos os segmentos da sociedade.

O que me traz aqui não é a indignação em relação ao que está intitulado no projeto antibaixaria. Não vejo esse projeto como de antibaixairia, e faço questão de dizer isso para que esta classe da sociedade a qual eu pertenço, que busca participar das discussões sobre destinação de recursos, não demonstrando indignação com esse aspecto, não seja incorporada à parte desinteressada da sociedade.

Eu tenho discutido esse projeto com uma série de redes sociais que estão na internet e identifico centenas de pessoas que enxergam o valor dessa proposição, talvez, por outro prisma, com outra ótica. Ou seja, veem nele a oportunidade de a sociedade participar das discussões sobre a destinação de recursos públicos. E devemos destacar que esses recursos não são fabricados pelo governo, não; eles são recolhidos da sociedade com a proposta de que sejam retornados em projetos, programas, bens e serviços que atendam a sociedade nas suas necessidades mais básicas.

Talvez eu não tenha me indignado tanto quanto as pessoas que estiveram aqui porque eu não ouço essas músicas, eu não compro esses discos, eu não vou a shows que tocam isso nem levo para as minhas filhas ouvirem na minha casa. Por sinal, algumas dessas letras eu só tomei conhecimento aqui neste Plenário.



Agora, eu gostaria, na linha aberta pelo relator, de deixar um recado para os deputados que vão votar esse projeto no dia 27. Determinados projetos que também tratam de recursos públicos, como é o caso desse do Planserv – que está fazendo com que essas Galerias fiquem lotadas – e de outros das áreas da educação, da habitação, são discutidos e aprovados. Então, a sociedade baiana não pode aceitar que esses mesmos recursos sejam destinados para promover shows de interesse de um segmento que é minoria.

É esse recado que quero deixar aos deputados que haverão de votar. Não entendam como aqueles que não mostram indignação em relação à baixaria. Percebam que a vitória do projeto da deputada Luiza Maia abre precedentes para que se possa discutir todos os outros aspectos sobre a destinação de recursos públicos – que são nossos – para coisas que são de interesse maior da sociedade.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1672-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Álvaro Gomes

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Muito obrigada, Sr. Deraldo Pitombo.

Vamos ouvir agora o deputado Álvaro Gomes. Em seguida, Mércia e Érica encerrarão a nossa sessão.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente Luiza Maia, deputada Maria del Carmen, quero saudar toda a Mesa nas figura dessas duas parlamentares. Inicialmente, parabenizo a deputada Luiza Maia por este debate que ganhou não apenas a Bahia, mas o Brasil. Registro que estou totalmente incorporado à luta contra a violência, contra o preconceito, contra a discriminação, contra a degradação do ser humano.

Também registro que ainda sou sindicalista; cumpro a tarefa de deputado estadual, mas sou do Sindicato dos Bancários da Bahia, o primeiro sindicato da Bahia – e ainda um dos poucos do Brasil – a criar um departamento de assuntos da mulher para lutar contra a discriminação, o preconceito, enfim, contra essa problemática que enfrentamos historicamente, com a mulher sofrendo um preconceito extraordinário. E lembremos de que só na década de 30 a mulher teve o direito de votar, tal era o peso dessa discriminação.

Então estou totalmente engajado nessa luta. Aliás, estamos nessa luta contra a discriminação da mulher, contra o preconceito, na nossa militância no movimento sindical e no nosso partido, que é um dos partidos que mais tem lutado contra o preconceito, contra a discriminação da mulher. Além disso, também sou presidente de uma entidade que criamos, o Iapaz, Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social, onde defendemos a tese de que, para construir a paz, é preciso justiça social.

Portanto, quero parabenizá-la, deputada Luiza Maia, por este debate. Acho que isso é uma coisa importante que não pode parar por aqui. Seja aprovando ou não o projeto, seja



qual for esta luta, ela tem de ter continuidade. É evidente que ainda não tenho uma opinião formada sobre o projeto em si. Estou ouvindo, estou lendo, enfim, estou estudando-o profundamente porque este tem sido o meu comportamento na Assembleia Legislativa. Faço questão de estudar com muito detalhe e muito carinho todos os projetos, todas as proposições que dizem respeito à sociedade.

Então estou estudando-o e não tenho ainda uma opinião formada sobre o projeto em si. E aqui deixo claro porque o incorporo não hoje, pois sempre estivemos incorporados nesta luta. E continuaremos assim. Portanto, quanto a isso, não tenho nenhuma dúvida. O problema, a dúvida que paira, a discussão sobre a qual estamos refletindo - eu, particularmente - inclui sabermos exatamente a melhor forma de combater esses excessos, esses abusos. Se seria através duma legislação, dum decreto ou da implementação de uma política de justiça social, de melhoria das condições de vida da população, porque nós vivemos hoje numa sociedade degradada de valores na qual impera o individualismo, pois as pessoas viraram mercadorias. Na sociedade atual, as pessoas realmente se transformaram em mercadorias.

É o mercado que domina tudo, as pessoas se transformaram em coisas, e não em seres humanos. E o que temos de analisar é que a expressão cultural de um país pode ser diferente da de outro, a de um estado também pode ser diferente da de outro, a de uma classe pode ser mesmo diferente da de outra, assim como a expressão cultural de um segmento pode ser realmente diferente da de outro.

Portanto, a dúvida que está pairando é como a gente vai fazer para combater o preconceito, a violência. Qual a melhor forma? Seria através de um decreto ou do desenvolvimento, da justiça social, do processo educativo, da melhoria das condições de vida da população? Enfim, essa é a grande questão que precisamos analisar, porque já quebramos o preconceito contra um operário que virou presidente da República. Afinal, eles diziam que operário que fala errado não poderia ser presidente da República. E o operário que fala errado, o operário que não tem nível superior foi o mesmo operário que melhorou a vida de 50 milhões de pessoas e investiu alto nas universidades federais, no ensino público do nosso País!



Para se ter uma ideia, passamos séculos com uma universidade federal. Mas, a partir do presidente Lula, tivemos mais duas universidades federais. E agora mais outras duas. Nós quebramos um outro preconceito, pois a mulher nem tinha direito de votar na década de 30 e recentemente conseguimos eleger a presidente Dilma, que vem fazendo um excelente trabalho.

Portanto, é preciso lutar contra os preconceitos, contra a discriminação, contra a violência e construir uma sociedade justa, uma sociedade humanitária. Por exemplo, quando falamos no combate à violência, a forma de combater seria a pena de morte? Neste caso, eu já tenho opinião formada: na minha opinião, não! A forma de combater a violência seria reduzindo a maioria penal? No meu modo de ver, também não! Então, na realidade, o problema é como combater isso. Acho que o debate precisa continuar, independentemente da aprovação do projeto. Agora, garanto a todos vocês que o meu ponto de vista será expresso aqui no dia da votação. Até lá estou estudando carinhosamente todos os detalhes, todas as questões colocadas e, sem dúvida nenhuma, o meu ponto de vista será colocado na defesa desses princípios básicos que defendemos não agora, mas sempre defendemos historicamente, que são baseados na luta contra o preconceito, a discriminação, a violência e a transformação do ser humano em coisa, em material. O ser humano não pode ser considerado uma coisa, o ser humano tem que ser considerado ser humano e elevar os valores da solidariedade, da justiça social e da paz. Um grande abraço a todos vocês. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1673-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or^a. Professora Mércia

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia): - Muito obrigada, deputado. Esperamos que V.Ex^a também aprove esse projeto. As vereadores Tia Eron e Marta Rodrigues não puderam estar presentes, mas mandaram mensagem dizendo que estão conosco nessa batalha, nessa luta. Queremos agradecer aqui de público o apoio expressado pelas duas vereadoras.

Vamos ouvir agora a professora Mércia; depois, encerrando, Érica Domingues. Quero registrar também a presença do meu querido vereador de Cafarnaum, Vel. Vai ser prefeito de lá, gente, e ele não vai deixar essas bandas tocarem, não é?

A Sr^a PROFESSORA MÉRCIA:- Boa-tarde a todos e a todas. A minha fala vai ser bastante curta, mas não poderia deixar de agradecer a iniciativa da deputada Luiza Maia por ter tido essa coragem, quando vemos que tantos outros parlamentares recusaram-se a estar presentes e escudam-se nessa voz do machismo. Na verdade, mesmo a pessoa não tendo muito conhecimento acerca de suas razões, apenas a ausência da própria responsabilidade com o destino daquelas que colocaram essas pessoas aqui nesta Casa através de seus votos demonstra falta de responsabilidade.

Quero lembrar também que, antes da escrita, os homens pré-históricos já valorizavam a mulher, materializavam-nas através de suas esculturas, que hoje consideramos como Vênus, diversas. Eles queriam valorizar essa mulher porque já entendiam a responsabilidade que recaía sobre elas no desenvolvimento da humanidade, na perpetuação da espécie. Se eles fizeram isso, não entendemos por que hoje as pessoas sentam-se para construir letras que somente denigrem a mulher com palavras deploráveis, constrangedoras, como já o vimos aqui no discurso de todos.



Como uma pessoa da periferia, educadora de escola pública, vejo constantemente crianças ainda na pré-adolescência, exibirem-se com essas letras horrorosas. O professor olha, adverte, mas não pode bater de frente porque são muitos contra uma minoria de professores. Nós, porém, lutamos contra isso. Sentimo-nos constrangidos. Para fazer uma ilustração rápida, não vou tomar muito tempo, um carro de som divulgava na comunidade de Paripe um encontro que haveria para um concurso intitulado “*As Atoladinhas*”. Não entendi. Por que “*atoladinhas*”? Era uma música que tinha essa palavra presente. Qual foi a nossa surpresa maior? Quando comentávamos sobre isso, chegou um jornalzinho local no qual dizia que a vencedora havia sido uma aluna da nossa escola. Chegou toda molhada, para justificar o “*atoladinha*” e foi a vencedora porque dançou bem, exibiu-se. O que constrangeu mais ainda é que ela foi levada pela própria mãe que teve a coragem de levar essa criança, porque para nós a criança era uma pérola que nós estávamos trabalhando, para ganhar um concurso deplorável.

Quero dizer também que falo em nome das mulheres negras, índias, ciganas. No século XXI, com tanta tecnologia, tanta informação, tantos textos para serem trabalhados, tantas músicas de autores diversos que tanto nos honram com suas letras, a gente percebe a inversão de valores. Ao invés de tratarem a mulher com dignidade, porque esse projeto que é contra a baixaria, na verdade, é a favor da dignidade da mulher, porque essa não pode ser ultrajada. A dignidade de nenhum ser humano pode ser atingida, muito menos das mulheres, porque, na verdade, nós é que fizemos esse planeta caminhar para frente, o homem sozinho não poderia. A nossa sensibilidade foi notada pelo Criador e por isso Ele deu a todas nós essa honra.

Quero dizer também que no tempo em que havia a disciplina Educação Moral e Cívica os alunos aprendiam a respeitar mais a mulher, a desenvolver caráter, a manter a sua personalidade, havia mais integridade. Mas o que vemos hoje é totalmente diferente: as pessoas falam de sexo sem estarem realmente capacitadas, e os jovens só aprendem de uma forma negativa.

É bom também salientar que os deputados poderiam fazer muito mais atrelados a isso aí, para que a juventude pudesse participar mais do teatro assistindo às suas sessões, de



espaços mais culturais. Tudo isso faz com que percamos o fio da meada com as nossas crianças.

Que permitamos que a criança seja criança, que possa ter a sua infância assegurada e não a apologia ao sexo, às danças sensuais. Vamos combater isso.

Finalizando, quero agradecer ao jovem Edu Casanova. Tenho certeza de que se houvesse aqui um espaço musical no qual estivessem presentes muitos com essas letras que nada dignificam, ele seria um ausente e isso já é muito bom. Se conseguirmos tirar um desse meio aí já é muito bom para nós, e essa lição fica.

Agradeço a todos e a todas que estão presentes. Não poderia um professor deixar de falar a sua verdade aqui e agora, embora tudo já tenha sido dito, principalmente pela nossa irmã aí que também combate os desmandos da periferia, onde a mulher é espicaçada, apanha todos os dias, é maltratada, e as educadoras não estão longe disso. Todos os dias nós sofremos abusos e tem...

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Mércia, desculpe, mas conclua porque estamos realmente com o tempo estouradíssimo.

A Sr^a PROFESSORA MÉRCIA:- OK. Muito obrigada.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



1674-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Érica Domingues

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Cadê a Érica Domingues?

(O Sr. Roberto Torres se manifesta do plenário.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Companheiro, não sei se vai dar tempo, porque realmente estamos com o tempo...

Então, Érica, fale rapidinho aí. Como é o seu nome?

O Sr. Roberto Torres:- Roberto Torres.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Não chegou em minhas mãos. Espere aí que a gente te dá mais uns 2 minutinhos.

A Sr^a ÉRICA DOMINGUES:- Boa-tarde a todos. Cumprimento a Mesa, em especial a deputada que teve a iniciativa riquíssima de trazer à discussão um assunto que não vejo só como polêmico, mas levado pelo âmbito filosófico de reflexão para a sociedade.

Hoje, estamos acostumados a ver o senso comum das pessoas se acostumarem com o que veem, com o que escutam e o que falam. E quando acontece esse tipo de discussão é para despertar no sentimento da sociedade, em especial, em quem está atento à importância da educação. Vamos examinar a palavra educação e ela fala sobre educar a ação.

Qual o papel do Estado hoje diante da sociedade? Representá-los, porque o povo coloca as pessoas no poder para representá-los. Nós temos a mídia, como o nosso próprio presidente da Casa fala que tem um poder enorme. O que essa mídia está oferecendo para as pessoas, em especial as crianças? Eu tenho 30 anos, sou secretária de um grupo de capoeira chamado Estilo e Mandinga, em que nós usamos a capoeira como instrumento pedagógico de orientação para as crianças, para tirá-las de uma área de risco social e levá-las para o âmbito de um convívio harmonioso para evitar que elas fiquem vulneráveis à violência e se tornem



peessoas violentas. A nossa capoeira é uma capoeira de ferramenta lúdica. Então, vemos esse tipo de música trazendo esse tipo de informação e as pessoas achando normal, se acostumando com o que não é bom, que traz uma energia negativa para o nosso espírito, nós temos que nos manifestar de alguma forma.

Venho hoje a esta tribuna, sou funcionária desta Casa também e nunca coloquei o meu pé no Plenário para expor o meu sentimento, e venho com orgulho e satisfação hoje como mulher, educadora, abordar essa temática. Nós precisamos despertar para o que realmente tem valor na vida. Eu me lembro de minha avó falando sobre uma composição de Pixinguinha: “Tu és divina e graciosa, estátua majestosa, amor, sentimento fundamental para o ser humano.”

O que é que nós estamos vivendo na sociedade escravos da televisão, do DVD, do controle remoto e da internet? As pessoas não leem mais, não se esclarecem mais. O que está acontecendo é falta de esclarecimento do pensamento, porque quando a gente pensa a gente sente no pensamento uma ideia. Acho boa essa atitude de trazer esse tema para dentro do Plenário, porque em 1930 havia um preconceito muito grande com a capoeira e o nosso Getúlio Vargas, através do mestre Bimba, apresentou a capoeira para a sociedade. E hoje tem essa manifestação de reconhecimento do valor da mulher; de reprodução, biologicamente falando; de maternidade, sentimentalmente falando porque quem é mãe sabe o sentimento que flui na veia, e você escutar a sua criança pronunciando ou dançando uma coisa dessa, é chocante. Para quem tem um pensamento saudável, é chocante.

Espero que essa discussão continue fluída de luz, de paz, de amor e que as energias dos cosmos positivas possam clarear o pensamento das pessoas para isso. O deputado Álvaro Gomes citou aqui, como alguns falaram muitas coisas, que não pare, porque uma coisa é o projeto ser aprovado, outra coisa é colocá-lo em prática e a sociedade tem que fiscalizar.

Obrigada a todos.(Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



1675-I

Ses. Esp. 31/08/11

Or. Roberto Torres

Objetivo de debater o Projeto de lei nº 19.237/11, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos público para a contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

A Sr^a PRESIDENTE (Luiza Maia):- Roberto, vou te pedir desculpas, mas vamos te deixar para uma outra oportunidade. Estou sendo pressionada para liberar o pessoal. Está bom, Roberto, vá.

O Sr. ROBERTO TORRES:- Boa-tarde, sou Roberto Torres, pesquisador, minha área de pesquisa é a cultura popular, tema com recorte na cultura nordestina.

Lancei recentemente aqui pela Assembleia Legislativa do Estado, na coleção Gente da Bahia, a biografia do compositor baiano Waldeck Artur de Macedo, o Gordurinha. Tenho trabalhos ligados a rabequeiros, a tocadores de fole e o meu trabalho é com a cultura popular. Não tenho nada contra o pagode, não tenho nada contra o Axé, tenho contra essa literatura malfeita. Se nós formos ver os autores dessas músicas, infelizmente, não frequentaram a escola, não leram um livro, não têm o hábito da leitura. Eles colocam para fora o que aprendem no dia a dia. (Palmas)

Mas o que eu quero dizer não é isso. Quero perguntar: de quem é a responsabilidade dessas pessoas estarem lá? De quem é a responsabilidade das caras dessas pessoas estarem nas telas das televisões, as vozes dessas pessoas estarem em rádios? Temos que ver de isso.

Em um debate tão importante como este que está havendo agora, ouço absurdos de um deputado que se diz da Oposição, dizendo que está pensando no que irá falar e em que votará.

Sr. Deputado, não precisa. Obviamente, está na cara. A ética o impõe a votar e a votar a favor deste voto. Vamos deixar de ser hipócritas!



Outra coisa que eu gostaria de falar aqui é que isso é retrato de vivermos sob a organização de um governador inculto. Este governador é inculto. Seleciona secretário de Cultura por indicação, pessoas desqualificadas para o cargo, que não sabem assumir uma postura. Era obrigação estar aqui presente um representante da Secretaria da Cultura; era obrigação estar aqui alguém da *Secult*. Cadê essas pessoas?

Então, meus amigos, o projeto da deputada é digno dos nossos aplausos. Estarei aqui no dia 27 só para acompanhar o voto do deputado que disse estar em dúvida.

Muito obrigado.

A Sr^a PRESIDENTE (Luiza Maia):- Obrigada, Roberto.

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-03

Ses. Esp. 31/08/11

A Sr^a PRESIDENTE (Luiza Maia):- Quero registrar a presença de Ivanildo, secretário de Eventos do Municípios de Camaçari, onde não se canta mais essas baixarias há algum tempo. Tenho aqui a moção de apoio da Câmara Municipal de Ilhéus ao nosso projeto.

Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença de todas as autoridades presentes aqui ao debate, das senhoras e dos senhores, pedindo desculpas ao Cerimonial. Agradeço a presença de todos, um grande abraço e boa-tarde.